INEP

enem REDAÇÕES 2020

MATERIAL DE LEITURA

MÓDULO 7

COMPETÊNCIA V

ATENÇÃO!

O conteúdo presente neste material é sigiloso e não pode ser divulgado, distribuído, impresso ou utilizado para qualquer outra finalidade que não faça parte do objetivo específico do curso de capacitação. No caso de quebra de sigilo, a Fundação Getulio Vargas aplicará todas as medidas legais cabíveis e desligará do processo a pessoa envolvida.

Alertamos também que o conteúdo pedagógico foi atualizado e aprimorado. O cursista deve estudar o material de forma cuidadosa, mesmo que tenha participado do curso de capacitação de 2019, para que possa assimilar as mudanças e ampliar seus conhecimentos.

SUMÁRIO DO CAPÍTULO

1. INTRODUÇÃO..... 4

2. A AVALIAÇÃO DA COMPETÊNCIA V 4

2.1. A Matriz de Referência..... 4
2.2. A Grade Específica..... 6
2.3. A Competência V e sua relação com as Competências II e III..... 7
2.4. A Competência V e sua relação com os direitos humanos..... 8

3. A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO..... 13

3.1. Identificação da proposta de intervenção..... 13
3.2. Identificação e contabilização dos elementos..... 14
3.2.1. Os elementos: ação, agente, modo/meio, efeito e detalhamento..... 15

4. DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS 35

4.1. Nível 0 (nota 0) 35
4.1.1. Ausência de proposta de intervenção..... 35
4.1.2. Proposta de intervenção que desrespeita os direitos humanos..... 37
4.1.3. Proposta de intervenção não relacionada sequer ao assunto..... 39

4.2. Nível 1 (nota 40) 41
4.2.1. Tangenciamento do tema..... 41
4.2.2. Elemento(s) nulo(s) ou um elemento válido..... 43

4.3. Nível 2 (nota 80)..... 44
4.3.1. Dois elementos válidos..... 44
4.3.2. Caso Especial: orações condicionais..... 46

4.4. Nível 3 (nota 120)..... 48

4.5. Nível 4 (nota 160)..... 50

4.6. Nível 5 (nota 200)..... 53

5. PROPOSTA FORA DO PARÁGRAFO CONCLUSIVO..... 58

6. CONCLUSÃO..... 61

8. REFERÊNCIAS..... 62

1. INTRODUÇÃO

A prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) diferencia-se das provas de produção de texto dissertativo-argumentativo de outros exames porque exige a elaboração de uma proposta de intervenção para o problema apresentado pelo tema, considerando os direitos humanos. Essa proposição vai ao encontro do que promulgam a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no que tange aos seguintes objetivos da formação do estudante: o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988; 1996).

Na prova de redação, essa exigência é avaliada na Competência V, a qual, segundo a Matriz de Referência para Redação do Enem, determina que o participante deve **"Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos"** (BRASIL, 2019, p. 8). Desde a Fundamentação Teórico-Metodológica do Enem, temos que a Competência V se refere à realidade e à "capacidade [do participante] de agir sobre e nessa realidade" (BRASIL, 2005, p. 94). Além disso, o exame contempla princípios estabelecidos nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, ao solicitar que o participante demonstre uma forma de atuar na sociedade com ética e responsabilidade.

Assim, verifica-se, na Competência V, se o participante demonstra ter construído, ao longo de sua formação, conhecimentos para propor, em seu texto, uma intervenção para um problema de ordem social, científica, cultural ou política, sem ferir os direitos humanos. Neste Módulo, estudaremos como a proposta de intervenção elaborada pelo participante deve ser avaliada no Enem 2020.

2. A AVALIAÇÃO DA COMPETÊNCIA V

2.1. A MATRIZ DE REFERÊNCIA

A Matriz de Referência para Redação do Enem é o que pauta a avaliação das redações desse processo e nos permite fundamentar critérios, como detalharemos na apresentação da Grade Específica, para identificar o que compõe uma boa proposta de intervenção para um participante nesta etapa de escolaridade − Ensino Médio completo. Na Matriz, a divisão em seis níveis (de 0 a 5) considera, além da construção da proposta de intervenção em si, a sua relação com o tema e com a discussão desenvolvida no texto.

Segue a descrição desses níveis pela Matriz de Referência:

COMPETÊNCIA V Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos	
0	Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.
1	Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.
2	Elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema, ou não articulada com a discussão desenvolvida no texto.
3	Elabora, de forma mediana, proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
4	Elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
5	Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.

2.2. A GRADE ESPECÍFICA

A partir da Matriz de Referência, com base na necessidade de gradação para um nivelamento justo e objetivo das redações, e com base nos textos produzidos pelos participantes, estabelecemos uma Grade Específica com seis níveis (0 a 5) para a avaliação dos textos. De acordo com essa grade, a proposta de intervenção deve apresentar **5 elementos básicos: ação, agente, modo/meio** de execução dessa ação, seu **efeito** e **detalhamento** de algum desses elementos. Mesmo que o participante apresente muitas propostas de intervenção em seu texto, nosso objetivo é avaliar, dentre elas, a **mais completa** a partir desses elementos.

Segue a descrição desses níveis pela Grade Específica:

COMPETÊNCIA V Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos Elementos: AÇÃO + AGENTE + MODO/MEIO + EFEITO + DETALHAMENTO		
0	• Ausência de proposta OU • Proposta de intervenção que desrespeita os direitos humanos OU • Proposta de intervenção não relacionada sequer ao assunto	
1	• Tangenciamento do tema OU • Apenas elemento(s) nulo(s) OU • 1 elemento válido	
2	2 elementos válidos	Estruturas condicionais com 2 ou mais elementos válidos não devem ultrapassar este nível
3	3 elementos válidos	
4	4 elementos válidos	
5	5 elementos válidos	

Portanto, atingirá o nível máximo na Competência V a proposta de intervenção que, em um texto com abordagem completa do tema, apresentar os 5 elementos válidos:

AÇÃO + AGENTE + MODO/MEIO + EFEITO + DETALHAMENTO

2.3. A COMPETÊNCIA V E SUA RELAÇÃO COM AS COMPETÊNCIAS II E III

Respeitando o conceito de unidade textual, a distribuição dos níveis estabelecida pela Matriz evidencia o estreito diálogo da Competência V com as Competências II e III, uma vez que a construção da proposta de intervenção necessariamente se relaciona ao tema, cuja abordagem é avaliada na Competência II, e à discussão desenvolvida no texto, aspecto avaliado na Competência III. Para uma justa avaliação da Competência V, é preciso estar atento à forma como isso será cobrado de acordo com a Grade Específica, para que uma mesma característica do texto não seja penalizada em duas competências diferentes.

A partir da definição do que será avaliado como abordagem completa do tema e tangência ao tema, aspectos verificados pela Competência II, são estabelecidas algumas diretrizes para a avaliação da Competência V. É importante ressaltar que, em função do tema, a avaliação e consideração dos elementos constituintes da proposta de intervenção podem variar, como veremos no item 3.2.1. Além disso, casos específicos de desrespeito aos direitos humanos também podem ser direcionados pelo tema. Em 2019, por exemplo, foi necessário discutir aspectos ligados ao direito de acesso à vida cultural da comunidade para decidir se determinadas propostas de intervenção deveriam ser consideradas desrespeito aos direitos humanos ou não.

A relação entre as Competências II e V fica mais explícita quando se observa a gradação dos níveis na Grade Específica. Como veremos, o nível 0 da Competência V deve ser atribuído às redações com proposta de intervenção que se mostra não relacionada sequer ao assunto. Já o nível 1 dessa competência é atribuído às redações em que há proposta de intervenção e o texto é tangente ao tema – em outras palavras, a proposta de intervenção também é tangente ao tema. A partir do nível 2, o texto tem abordagem completa do tema, e, consequentemente, a proposta de intervenção também está relacionada ao tema, a não ser que o participante prove explicitamente o contrário.

Ao mesmo tempo, evidencia-se o diálogo da Competência V com a III por meio da articulação da proposta de intervenção com a discussão desenvolvida no texto. Como visto na Competência III, a relação entre as informações, os fatos e as opiniões que compõem o texto dizem respeito ao projeto de texto, que, necessariamente, compreende também a proposta de intervenção. Verifica-se, portanto, que a articulação entre a proposta de intervenção e a discussão do texto já é ava-

liada na Competência III. Se essa articulação for avaliada também na Competência V, um mesmo aspecto do texto será avaliado duas vezes, em duas competências diferentes. É importante enfatizar que isso **não** deve, em hipótese alguma, acontecer.

2.4. A COMPETÊNCIA V E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS

Deverão ser avaliadas no **nível 0** da Competência V **as redações que desrespeitarem, na proposta de intervenção, de forma explícita e deliberada, os direitos humanos** afirmados na Constituição da República Federativa do Brasil, seguindo as Diretrizes para Educação em Direitos Humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Carta da ONU e a Declaração de Durban. Essa recomendação tem como base a descrição da competência na Matriz de Referência para Redação do Enem.

Para a avaliação das redações, são considerados os seguintes princípios norteadores dos direitos humanos, pautados no Artigo 3º da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, o qual estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos:

- **Dignidade humana;**
- **Igualdade de direitos;**
- **Reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades;**
- **Laicidade do Estado;**
- **Democracia na educação;**
- **Transversalidade, vivência e globalidade;**
- **Sustentabilidade socioambiental.**

É importante ressaltar que, na avaliação das redações, o que se considera desrespeito aos direitos humanos está fundamentado em princípios estabelecidos em documentos que possuem força de lei. Portanto, ofender, exibir preconceitos ou fazer apologia à violência são comportamentos que podem ser considerados crimes, de acordo com o Código Penal Brasileiro.

Ressaltamos também que uma assertiva que desrespeite os direitos humanos só será considerada motivo para atribuição do nível 0 na Competência V quando for uma proposta de intervenção construída pelo participante, e não quando for uma constatação de opinião ou comportamento expressos por outrem. Cabe observar que, para que essa constatação seja considerada a expressão de uma perspectiva de outrem, isso deve estar explícito e claro. No exemplo *"Defende-se que apenas quem tem dinheiro pode frequentar o cinema, porém todos os cidadãos das periferias deveriam ter esse direito"*, a negação do direito ao acesso à parte da população, que é uma forma de desrespeito aos direitos humanos, não é sugerida pelo participante, mas sim apresentada apenas como constatação da ideia sustentada por terceiros e não constitui a proposta de intervenção do participante ("todos os cidadãos das periferias deveriam ter esse direito"); portanto, a redação não deverá ser avaliada no nível 0 da Competência V.

Com relação ao tema de redação proposto na edição do Enem 2019, **"Democratização do acesso ao cinema no Brasil"**, foram consideradas propostas que desrespeitam os direitos humanos aquelas que incitavam a restrição do acesso livre à vida cultural a qualquer pessoa; que promoviam o desrespeito à proteção dos direitos autorais de qualquer produção artística; que incentivavam a restrição de conteúdo com base em critérios que ferem a dignidade humana; e que negavam direitos humanos a qualquer pessoa. Já as propostas de intervenção que sugeriam algum tipo de regulamentação do acesso ao cinema (por faixa etária, por exemplo) não foram consideradas **desrespeito aos direitos humanos**.

Ao longo do processo de avaliação das redações, nos referimos aos casos de desrespeito aos direitos humanos por meio da **sigla DDH**. Essa identificação nos auxilia a distinguir propostas de intervenção que são nível 0 por DDH, daquelas redações que não apresentam proposta de intervenção e que, por isso, também são avaliadas no nível 0 da Competência V.

Seguem alguns exemplos de desrespeito aos direitos humanos encontrados nas redações produzidas pelos participantes:

1. "Sem essa de fechar os olhos para os problemas atuais, que fexem todos os cinemas! Nós queremos viver a realidade!"

2. "Portanto, deveria ter pessoas qualificada para não deixar tipos de filme entrar no cinema para não prejudicar ninguém que acreditam em filmes, mães que pagam caro para seus filhos assistir um mundo imaginário."

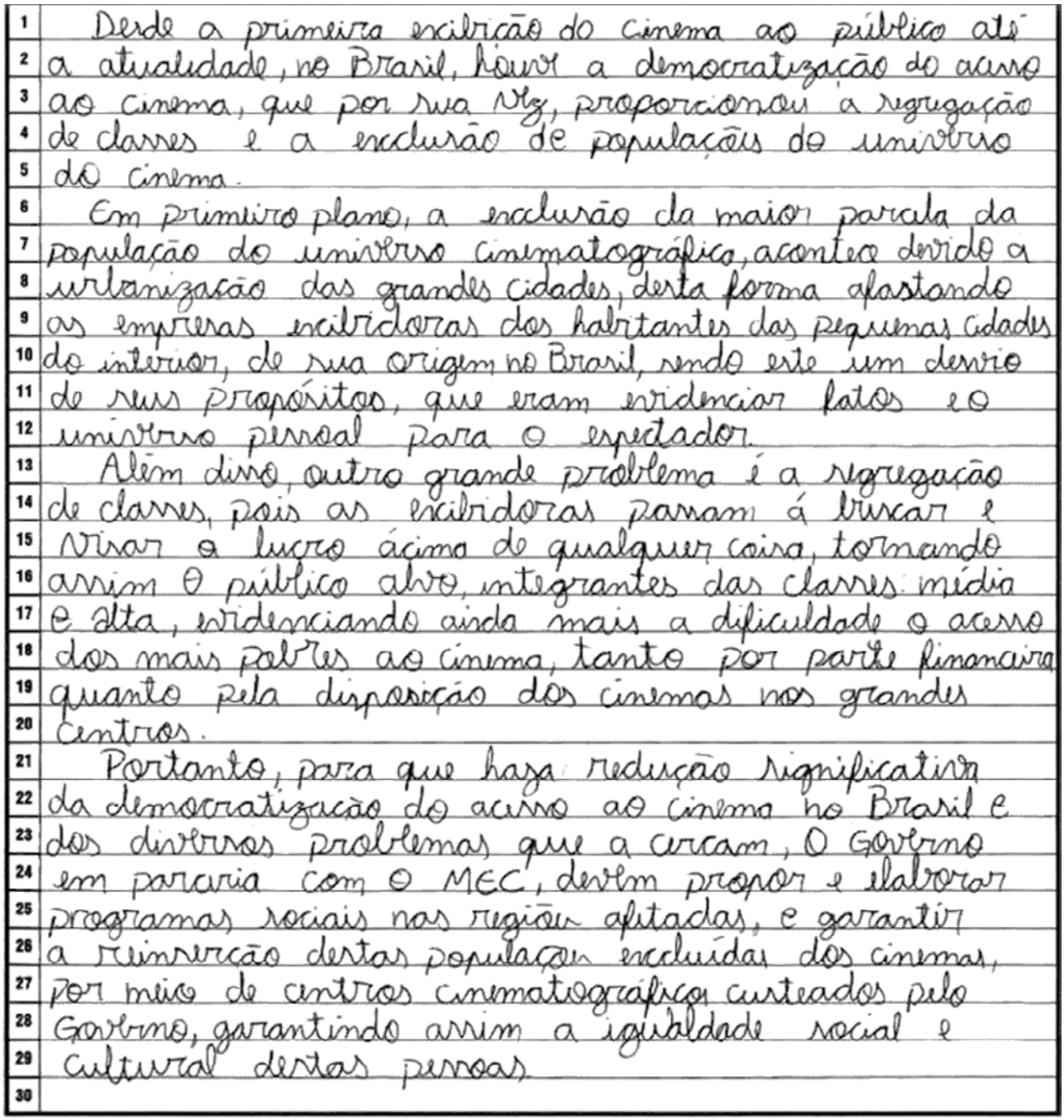
3. "Queira ou não, a pirataria é uma das formas de inclusão existentes, um exemplo é o aplicativo Vizer, que apresenta filmes e séries gratuitamente. É uma forma errada e corrupta, mas se o governo não apresentar medidas para a melhora do lazer de partes pobres da sociedade, a corrupção é uma das saídas."

4. "O cinema deve ser fechado imediatamente (mandato de segurança) fazer uma intervenção urgente, pois infelizmente os clientes não têm respeito e nem educação, e automaticamente o próprio cinema não coloca seguranças particulares dentro da sala de cinema, para que possa impedir as coisas erradas, por exemplo: clientes fazendo atos amorosos na poltrona ao lado de idosos e crianças."

ATENÇÃO!

No tema de 2019, tivemos casos de redações em que os participantes se equivocaram em relação ao sentido do termo "democratização". Esses textos apresentavam, por exemplo, argumentos relacionados à defesa da ampliação do acesso ao cinema, mas, na proposta de intervenção, formulavam ideias como "é preciso acabar com a democratização". Esse uso equivocado foi considerado apenas uma imprecisão lexical (o que é avaliado na Competência I). Assim, o participante não foi penalizado nem por contradição grave (o que é avaliado na Competência III), nem por desrespeito aos direitos humanos (DDH – o que é avaliado na Competência V). A seguir, confira um exemplo desses casos.

Exemplo 1



Desde a primeira exibição do cinema ao público até a atualidade, no Brasil, houve a democratização do acesso ao cinema, que por sua vez, proporcionou a segregação de classes e a exclusão de populações do universo do cinema.

Em primeiro plano, a exclusão da maior parcela da população do universo cinematográfico, acontece devido a urbanização das grandes cidades, deste forma afastando as empresas exibidoras dos habitantes das pequenas cidades do interior, de sua origem no Brasil, sendo este um desvio de seus propósitos, que eram evidenciar fatos e o universo pessoal para o espectador.

Além disso, outro grande problema é a segregação de classes, pois as exibidoras passam á buscar e visar o lucro ácima de qualquer coisa, tornando assim o público alvo, integrantes das classes: média e alta, evidenciando ainda mais a dificuldade o acesso dos mais pobres ao cinema, tanto por parte financeira quanto pela disposição dos cinemas nos grandes centros.

Portanto, para que haja redução significativa da democratização do acesso ao cinema no Brasil e dos diversos problemas que a cercam, O Governo em parceria com o MEC, devem propor e elaborar programas sociais nas regiões afetadas, e garantir a reinserção destas populações excluídas dos cinemas, por meio de centros cinematográficos curteados pelo Governo, garantindo assim a igualdade social e cultural destas pessoas.

Nessa redação do *Exemplo 1*, percebe-se o uso equivocado do termo "democratização" desde a introdução do texto, pois o participante afirma, de modo contraditório, que a democratização *"proporcionou a segregação de classes e a exclusão de populações do universo do cinema"* (linhas 3 a 5). Ao longo da redação, ele argumenta que as empresas exibidoras não chegam às pequenas cidades do interior e que o fator financeiro dificulta o acesso dos mais pobres. Na proposta de intervenção, o participante pede a *"redução significativa da democratização"*, mas com o objetivo de promover a *"reinserção destas populações excluídas dos cinemas"*. Nesse sentido, devido à argumentação desenvolvida e à ideia de am-

pliação do acesso, presente na proposta, fica claro que o participante não entende o significado de "democratização" e utiliza a palavra de maneira equivocada. Por isso, propostas desse tipo não foram consideradas DDH no Enem 2019.

O entendimento do que é ou não DDH é muito importante, para que nenhuma injustiça seja cometida com o participante. Não é raro que algumas formulações possam ser confundidas com DDH. Separamos aqui alguns casos específicos que não foram considerados DDH para a proposta de 2019. Seguem os exemplos:

"Os filmes que são lançados hoje mostra alem de ação, a violencia e varios outros fatores que devem ser censurado para que as crianças não vejam, mas temos aí a faixa de idade, filmes que crianças nem vem por que tem a classificação de idade."

Nesse exemplo, a censura de conteúdo não representa nenhuma intenção de restringir conteúdos com base em critérios que ferem a dignidade humana. Essa censura objetiva apenas uma regulamentação do consumo de produções culturais baseada em faixa etária.

"Partindo do entendimento que essas empresas não deixam de lucrar mesmo com a dita pirataria, reformas hão de ser feitas, principalmente a descriminalização das plataformas de filme gratuitos para que haja uma descentralização da cultura dos grandes meios urbanos para que comunidades remotas ou pequenas demais para um cinema possam ter acesso gratuito e legal pelos celulares, pois o cinema deixou de ser estático agora somos capazes de assistir em qualquer lugar na palma das mãos."

Nesse caso, o participante não defende a pirataria, mas apenas propõe sua descriminalização, o que não mostra intenção de violar os direitos autorais.

"A arte lúdica e cinematográfica é algo lindo de se ver, poder observar a criação de um roteirista ganhando forma, mas em um país onde há fome e morte por desamparo da saúde pública é preciso se deixar de lado e priorizar a vida."

O participante propõe priorizar a saúde pública e deixar o cinema em segundo plano. Não é DDH porque o participante não tem a intenção de violar o acesso à cultura.

3. A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Propor uma intervenção para o problema apresentado pelo tema significa sugerir uma iniciativa que busque, mesmo que minimamente, enfrentá-lo. É importante ressaltar que, considerando que os temas de redação do Enem normalmente abordam problemas sociais complexos, muitas vezes de difícil resolução, **as mais diversas formas de intervenção** serão consideradas para a avaliação, desde uma sugestão de combate até uma solução efetiva da questão em foco.

Para essa avaliação, é preciso reconhecer se há proposta de intervenção na redação e se ela é bem elaborada. Para isso, é necessário **identificar estruturas que explicitam o desejo do participante de intervir no problema e contabilizar corretamente os 5 elementos** que esperamos encontrar na composição dessa proposta: AÇÃO, AGENTE, MODO/MEIO, EFEITO e DETALHAMENTO.

Nesse sentido, mesmo que o participante apresente muitas propostas de intervenção em seu texto, nosso objetivo é avaliar, dentre elas, **a mais completa a partir da presença desses elementos**. Por esse motivo, é de extrema importância que a Grade Específica seja rigorosamente aplicada, com base na contabilização dos elementos, buscando garantir objetividade para o processo e, desse modo, uniformidade ao trabalho dos avaliadores, com justiça na avaliação do que foi apresentado pelo participante.

3.1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Para reconhecer a proposta de intervenção no texto, precisamos, primeiramente, identificar estruturas que explicitam um claro desejo do participante de indicar uma iniciativa que interfira no problema em questão. É preciso ficar atento a certas estruturas que evidenciam o caráter interventivo, ou seja, que manifestam desejo de intervir em uma dada situação a fim de modificá-la.

Algumas estruturas linguísticas nos auxiliam nessa identificação. É o caso, por exemplo, do verbo modalizador “dever” ou, ainda, de algumas construções com o verbo “ser” + adjetivo, como “é necessário”, “é preciso”, “é importante” etc. Observe que, entre outras, essas estruturas revelam a capacidade do participante de propor algo. Uma estrutura como *“As empresas exibidoras **promovem sessões de cinema a preços populares”*** apenas apresenta um fato, uma constatação, enquanto estruturas como *“As empresas exibidoras **devem promover sessões de ci-***

nema a preços populares" e *"É necessário que as empresas exibidoras* ***promovam sessões de cinema a preços populares"*** apresentam a intenção do participante de claramente propor uma intervenção.

Também é preciso estar atento a estruturas que, embora se assemelhem às anteriormente descritas, a exemplo daquelas iniciadas com o verbo "dever", não serão consideradas propostas de intervenção, por não expressarem um desejo do participante de intervir na realidade. Isso ocorre em casos em que o participante traz, para o texto, trechos de leis ou citações que parecem indicar uma proposta, mas são constatações, justamente porque apenas reproduzem algo já posto, como no trecho *"Perante a lei, o Estado deve garantir o acesso à cultura para a população"* e *"De acordo com Paulo Freire, o homem deve ser educado para as artes, apreciando cada vez mais o cinema"*.

É preciso atentarmos aos casos em que o participante, ao invés de propor uma ação a ser executada para resolução do problema, apenas menciona uma prática já existente – como em *"Visando democratizar o acesso ao cinema,* ***há*** *desconto de meia-entrada"* – ou uma ação já realizada no passado – como em *"As prefeituras* ***disponibilizaram*** *acesso gratuito para os idosos"*. Nesses dois casos, há apenas constatações de intervenção em curso ou já efetuada e não propostas do participante.

Outro aspecto relacionado à proposta de intervenção e que precisa ser tratado com atenção é que a proposta não está sempre localizada apenas no parágrafo de conclusão, como muitas vezes se imagina. Além de compor o que tem se chamado de "conclusão-solução", ela pode ainda fazer parte da argumentação ou até mesmo da introdução do texto. A proposta pode constituir todo um parágrafo ou aparecer "diluída" em mais de um parágrafo. Por isso, a avaliação deve ser feita, como nas outras competências, com atenção ao texto todo, uma vez que o avaliador que deixar de fazê-lo corre o risco de cometer uma injustiça com o participante.

3.2. IDENTIFICAÇÃO E CONTABILIZAÇÃO DOS ELEMENTOS

Como já foi apresentado, os seis níveis de nota na Competência V devem ser atribuídos em função da **qualidade do que é elaborado**, avaliado pela **contagem de ELEMENTOS**, e não em função da quantidade de propostas apresentadas em uma redação. Esses elementos são: AÇÃO, AGENTE, MODO/MEIO, EFEITO e DETALHAMENTO.

Com o objetivo de interferir no problema apresentado pelo tema, a proposta de intervenção deve exprimir, minimamente, o que deve ser feito de maneira ativa. Nesse sentido, a ação é o elemento essencial, que auxiliará na identificação dessa proposta, ao qual se relacionam o agente indicado para executar essa ação, seu modo/meio de execução e seu efeito, pretendido ou alcançado, além de um detalhamento de um dos elementos anteriores. Portanto, a proposta de intervenção muito bem elaborada, de forma detalhada, é aquela que apresenta esses 5 elementos. Essa concepção de avaliação destaca os elementos que materializam, na superfície textual, a concretude e, na sua ausência, a vagueza da proposta de intervenção.

Há, ainda, mais uma consideração importante: alguns participantes, preocupados em garantir uma boa nota nesta competência, elaboram listas de propostas de intervenção, por vezes até se afastando do caráter dissertativo-argumentativo que se espera do texto produzido. Esse procedimento, contudo, não garante a boa elaboração de uma proposta. Portanto, **atenção: se o texto apresentar mais de uma proposta de intervenção, deve ser avaliada somente a mais completa delas**.

Além disso, se uma mesma proposta apresentar algum **elemento repetido, ele deve ser contabilizado apenas uma vez** (dois agentes ou dois efeitos, por exemplo). Vale ressaltar que, em todos os níveis, os elementos podem assumir as mais diversas formas, dada a heterogeneidade da língua. Isso não deve ser entendido como um problema em si, porém demanda atenção do avaliador para que seja feita a correta identificação dos elementos e sua justa contagem, conforme explicaremos ao longo deste Módulo. Para uma avaliação da Competência V com uniformidade e isonomia, portanto, é importante conhecer melhor cada um desses elementos e verificar como eles se materializam nos textos.

3.2.1. Os elementos: ação, agente, modo/meio, efeito e detalhamento

Como mencionado anteriormente, a ideia de concretude (não vagueza) que se espera de uma proposta de intervenção bem elaborada está ancorada em elementos explicitados textualmente, conforme explicado a seguir.

AÇÃO

Ação é o elemento que diz respeito à ação prática apontada pelo participante como necessária para a solução do problema apresentado pelo tema. É a partir da ação que reconhecemos a intenção de propor uma intervenção para o problema abordado e que os demais elementos se organizam. A pergunta a ser respondida a fim de identificar a ação é **"O que deve ser feito?"**.

São exemplos de **ações**:

*1. "Nesse sentido, o Governo Federal **deve direcionar mais verbas para a construção de cinemas gratuitos** em área periféricas, com objetivo de promover mais lazer e informação às pessoas mais pobres, visando uma sociedade mais feliz e menos alienada."*

*2. "Em vista dos fatos apresentados podemos ver que está ocorrendo a democratização do acesso ao cinema no brasil entretanto ainda **é necessária a divulgação dos direitos da população para aqueles que a desconhece**, isto, deve ser feito pelo governo federal por meio de propagandas na TV, cartazes, panfletos e palestras nas escolas."*

*3. "Portanto, para que haja o crescimento não só no número de salas de cinema como de telespectadores **deve haver um investimento mútuo** tanto da parte dos órgãos responsáveis pela infraestrutura das cidades, quanto das empresas que exibem os filmes."*

*4. "**É muito importante que o cinema chegue em todo o país**, para que nossa população possa ter acesso ao mundo de forma diferente."*

Na avaliação da proposta de intervenção, **a ação** equivale a **1 elemento válido**, desde que tenha caráter interventivo. Quando uma ação se distancia desse caráter, é considerada "elemento nulo". Nesse caso, esse elemento não é contabilizado na contagem dos elementos válidos para atribuição de nível à proposta, pois se trata de uma ação normalmente pouco interventiva ou genérica. Entende-se por ação pouco interventiva aquela que não expressa uma atuação concreta na realidade e que, por isso, não responde à pergunta "o que precisa ser feito?". Por exemplo, na frase "*o governo precisa de um plano*", temos uma ação pouco interventiva, pois não se sabe qual a ação concreta que deve ser realizada pelo agente. Entretanto, na frase "*o governo precisa de um plano* **que descentralize o cinema**" temos uma ação válida, pois o trecho "*que descentralize o cinema*" complementa a ideia da ação proposta, tornando-a mais concreta. Vale observar que, no exemplo anterior,

não há detalhamento da ação porque esse complemento não lhe acrescenta uma informação a mais, mas é essencial para o seu entendimento.

Do mesmo modo, na frase "*o governo deve atuar*" a ação é genérica, pois, apesar de expressar uma realização concreta, ainda é muito inespecífica e impede que o leitor saiba "o que/qual atividade", de fato, será executado(a). Por outro lado, em "*o governo deve atuar* **na divulgação dos ambientes cinematográficos**", não podemos considerar a ação genérica, e, por isso, nula, porque ela responde concretamente à pergunta "O que deve ser feito?" e não apenas indica que "algo" deve ser feito. Além disso, consideramos esse exemplo uma ação válida porque o trecho "*na divulgação dos ambientes cinematográficos*" é parte integrante da ação, uma vez que complementa o sentido de "atuar".

Resumindo, considera-se que tanto ações pouco interventivas quanto ações genéricas podem ser descritas como vagas e, assim, não devem ser contabilizadas como um elemento válido para a atribuição de nível na Competência V". **É preciso ficar atento a esses casos em que a ação nula é acompanhada de uma estrutura que lhe atribui concretude, tornando-a, portanto, válida.**

No entanto, há casos em que essa estrutura que acompanha a ação nula não colabora para torná-la interventiva, como podemos comprovar no trecho *"o governo deve conscientizar a população das vantagens que o cinema traz"*. Nesse exemplo, a ação continua sendo pouco interventiva, pois "conscientizar sobre as vantagens do cinema", de fato, ainda não responde à pergunta "o que precisa ser feito", pois a ideia principal ainda reside em algo pouco concreto (conscientizar). O mesmo ocorre na frase "O governo tem que tomar medidas que mudem a situação", visto que o qualificativo "que mudem a situação" ainda não contribui para a concretude de "tomar medidas", sendo essa proposta ainda genérica.

São exemplos de **ações nulas**:

1. "Portanto, ***medidas devem ser tomadas*** *para resolver esse impasse."* (ação muito genérica)

2. "O governo deve ***atuar*** *para a resolução desse problema"* (ação muito genérica)

3. "A partir disso concluímos que ***é necessário um olhar amplo*** *da parte governamental"* (ação pouco interventiva)

4. "Nós ***precisamos evoluir a nossa mente****, para que todos possam ter um futuro belo e com acesso ao cinema" (ação pouco interventiva)*

5. "O povo ***precisa ter força de vontade, muita paciência e acreditar na democratização****" (ações pouco interventivas)*

6. "As empresas exibidoras ***não devem cobrar caro de seus clientes****" (ação negativa)*

É necessário ressaltar, ainda, que neste ano também se considera ação nula aquela formulada na negativa, ou seja, quando o participante expressa o que não precisa ser feito, como ocorre no último exemplo do box anterior. Outro exemplo disso é: *"O governo não tem que investir na construção de cinema em shoppings."* Nesse caso, entende-se que o participante considera uma situação inadequada (*"a construção de cinemas em shoppings"* pelo governo) e deseja que ela não aconteça. No entanto, ainda não é possível saber qual ação, de fato, o participante propõe para resolução do problema, uma vez que não é possível identificar o que precisa ser feito.

Há duas observações muito importantes sobre a nulidade da ação. A primeira diz respeito ao tema da redação e sua relação com a proposta de intervenção. É a partir do tema da redação que será definido o que deve ser considerado ação válida e o que deve ser considerado ação nula; portanto, atualizações nesse aspecto podem ocorrer quando um novo tema de redação for trabalhado. Para o tema de 2019, ao qual este Material de Leitura se refere, ações de conscientização devem ser consideradas ações nulas, por não terem um caráter interventivo.

Além disso, ações que só repetem os termos da frase temática – "democratização do acesso ao cinema" – também foram consideradas nulas. Além dessa frase na íntegra, consideram-se nulas ações que usam o verbo "democratizar" e seus deri-

vados. Exemplo disso ocorre em: *"Evidencia-se, portanto, a* ***necessidade de democratizar o acesso ao cinema*** *no Brasil"* e ***"É preciso promover o acesso democrático ao cinema"***. Nesses casos, não devemos considerar uma ação válida sugerida pelo participante. No entanto, caso a ação proposta fosse "é preciso aumentar o acesso ao cinema", embora haja a presença de termos da frase temática e o sentido de "aumentar o acesso" seja semelhante ao de "democratizar", aceitaremos como uma ação válida.

A segunda observação se refere à aplicação do caráter de nulidade. Os exemplos do quadro apresentado anteriormente serão considerados "elemento nulo" apenas quando se apresentarem como ação. Em alguns casos, as mesmas formulações podem aparecer constituindo outro elemento, como modo/meio, efeito ou detalhamento, porém, nessas situações, devem ser considerados elementos válidos, pois **o caráter de nulidade não se aplica ao modo/meio, nem ao efeito, nem ao detalhamento**. Por exemplo, a formulação "medidas devem ser tomadas" é considerada uma ação nula, mas, quando aparece na posição de modo/meio (como em *"O Ministério da Cultura precisa intervir no problema da democratização do cinema* ***tomando medidas urgentes"***), por exemplo, deve ser aceita como elemento válido.

AGENTE

Agente é o elemento que identifica o ator social apontado para executar a ação que se propõe. Para determinar o agente, o participante deve considerar o problema abordado pelo tema, sobre o qual se deseja intervir, e a ação apresentada. Apesar de os atores sociais variarem em função do tema e do problema, eles se enquadram em determinados níveis de ação: individual, familiar, comunitário, social, político, governamental e mundial. A pergunta a ser respondida para identificar o agente da ação proposta é **"Quem executa?"**.

Cabe aqui destacar que o agente não é, necessariamente, o sujeito da oração ou, simplesmente, o agente da voz passiva. Mais importante do que observar a função sintática dos elementos é atentar para os aspectos semânticos. Algumas vezes, inclusive, o agente e a ação podem estar em períodos ou até mesmo em parágrafos diferentes.

Seguem alguns exemplos de como o **agente** pode aparecer textualmente expresso:

1. "Portanto, para que os pequenos municípios tenham acesso ao cinema, ***a prefeitura*** *deve procurar donos de empresas que queiram investir junto com eles nesse tipo de negócio, ou até mesmo ajudá-los financeiramente."*

*2. "Por isso deve haver, **pelos governos estatais**, um maior investimento na disponibilização de espaços públicos para serem salas de cinema através de incentivos fiscais, como a não necessidade de pagar tributos por determinado tempo, assim haverá aumento no incentivo a desenvolvimento dessa arte e geração de capital, por conta das pessoas que visitam as salas."*

*3. "Nesse intuito, cabe ao **Ministério da Cultura, em parceria com produtoras e distribuidoras privadas** facilitar o consumo da produção cinematográfica, seja por meio do barateamento de entradas ou até mesmo da gratuidade dos ingressos e exibição de filmes em locais públicos, à fim de democratizar o acesso ao cinema no país."*

*4. "Portanto, para agregar o cinema em lugares menos favorecidos, **poderíamos** usar as novas tecnologias como o projetor, visando que o cinema também é um meio cultural, e transmitir filmes em praças publicas ou em escolas em horários não letivos, para que todos desfrutem desse tipo de arte e entretenimento."*

*5. "Em vista disso, faz-se necessário intervenção **estatal** para coibir as empresas cinematográficas de se restringirem aos grandes polos."*

Cabe reforçar que, na avaliação da proposta de intervenção, o **agente** equivale a **1 elemento válido**, independentemente de quantos ou quais deles sejam identificados em uma mesma proposta, como vimos no quadro anterior.

Quando o **agente** é expresso por termos que não permitem a precisa identificação do ator social indicado para a execução da ação, ele deve ser considerado "**elemento nulo**", o qual não é contabilizado na contagem dos elementos válidos na avaliação de nível da Competência V.

São **agentes nulos**:

1. Alguém, ninguém, alguns, uns, uns e outros, você.

2. Verbo no modo imperativo – desde que não haja vocativo que identifique o agente, com exceção do uso da 1ª pessoa do plural. Exemplo: "façamos nossa parte" (nós – agente válido).

Os agentes listados no quadro são considerados elementos nulos porque não conseguimos especificá-los. Por exemplo, ao usar o pronome "alguém", o participante não define quem é o agente; há, aí, claramente, a imprecisão desse ator e, portanto, a identificação de um agente elemento nulo.

A seguir, apresentamos alguns exemplos de **agentes nulos**:

1. *"**Alguém** nesse país precisa reduzir o preço da entrada no cinema"*
2. *"**Proteste!** Poder ir ao cinema é um direito seu!"*

É necessário observar, também, os casos comuns de agentes que, eventualmente, podem ser erroneamente identificados como nulos, mas são válidos, como "todos", "as pessoas" e "nós" (nesse último exemplo, deve-se considerar tanto o uso do pronome quanto apenas o uso da desinência verbal de 1ª pessoa do plural). Ao analisar as redações, percebemos que tais agentes se aproximam mais de um ator social considerado bem definido. Assim, deve-se considerar "todos", "as pessoas" e "nós" (ou a gente) como se considera "a sociedade", como um ator social preciso e, por isso, elemento válido.

Para a correta avaliação do agente, deve-se:

- considerar apenas o agente textualmente marcado, ainda que oculto. Quando o agente não é marcado textualmente, significa que não há agente na proposta. Se o participante escreve, por exemplo, *"É necessário construir mais cinemas"*, a proposta não apresenta agente. Não podemos determinar que o agente é "o Governo" ou "empresas privadas" apenas por pressupor que são esses agentes que podem construir mais cinemas;

- considerar o agente que, embora não corresponda especificamente à ação proposta, relaciona-se a ela pelo campo semântico a que pertence. Por exemplo, em *"O supremo tribunal deve criar leis de incentivo à cultura"*, por mais que saibamos que "supremo tribunal" não é o agente competente para formulação de leis, entendemos que, para um jovem concluinte do Ensino Médio, essas competências podem não estar muito claras. Garante-se, assim, a contabilização desse elemento;

- considerar o extinto "Ministério da Cultura" – que hoje foi reduzido à Secretaria Especial da Cultura, inserida no Ministério do Turismo – como agente válido. Consideramos que, embora o Ministério não exista mais, ele é um agente competente para as possíveis ações propostas para este tema. Um exemplo dessa formulação é: *"O Ministério da Cultura deve promover festivais gratuitos de cinema"*.

IMPORTANTE!

Deve-se enviar ao supervisor, como ocorrência pedagógica, textos em que as propostas de intervenção apresentem agentes absurdamente incompatíveis com a ação, como *"Os cinéfilos devem promulgar leis para democratizar o cinema"*. Na amostra analisada, não foram encontradas propostas com esse tipo de ocorrência, mas, caso aconteça, é importante que o supervisor seja consultado.

MODO/MEIO

Modo/meio é o elemento que diz respeito à maneira e/ou aos recursos pelos quais a ação é realizada. Esse elemento dialoga com a exequibilidade, concretude e interventividade da ação, características indispensáveis à proposta de intervenção. A pergunta a ser respondida para identificar o modo/meio apontado é **"Como se executa/Por meio do quê?"**.

Na avaliação da proposta de intervenção, o **modo/meio** equivale a **1 elemento válido**, independentemente de quantos ou quais deles sejam identificados em uma mesma proposta. É importante lembrar que não existe modo/meio considerado elemento nulo.

São estruturas indicativas de **modo/meio**:

1. "Ademais, pode-se considerar que uma intervenção do tribunal de Contas da União, faz-se mister a uma reunião com os Ministérios da Segurança e o da Cultura que ***por meio de incentivos fiscais*** *fariam com que empresas investissem em cinemas em regiões do interior."*

2. "Portanto, é importante que o Ministério da Cultura em parcerias com os Estados e municípios desenvolva projetos como o "Cine Carioca", democratizando o cinema de baixo custo em comunidades e regiões do interior. ***Uma maneira de fazer isso seria reservar uma quantidade limitada de ingressos para cidadãos que comprovem renda per capita de até 1 salário mínimo e meio."***

3. "O que vem acontecendo para diminuir essa lacuna são os cinemas itinerantes, que passam os filmes em locais públicos. Isso poderia e deveria ser feito em uma escala maior, ***promovendo festivais em praças públicas.****"*

4. "A democratização do acesso ao cinema não está ligada a distribuição de cestas básicas ou ingressos gratuitos. Mas sim ao extermínio da desigualdade social, acesso à informação e oportunidade. Lutemos por um país mais acessível a todos ***através das urnas!****"*

IMPORTANTE!

Devemos fazer clara distinção entre estruturas que expressam mais de um agente em conjunto e estruturas que expressam modo/meio. Observe os exemplos abaixo:

1. "Logo, ***o ministério da educação junto ao ministério da cultura*** *devem promover passeios escolares ao cinema principalmente na rede pública de ensino nos âmbitos de ensino fundamental um e dois. A fim de que esta população construa um certo interesse pelo ambiente cinema, assim transformando esta área artística e comunicativa mais democrática e acessível no Brasil."*

2. "Entende-se, pois, que o Estado ***por meio do Ministério da Economia e da Cultura*** *deve criar políticas assistencialistas para finalidade de democratizar o acesso ao cinema. Com isso, garantindo a manutenção dos direitos individuais constitucionais e incentivando o equilíbrio do psiqué, descrito por Freud. e programas assistenciais devem levar por base o "Renda mínima", e procurar dar acesso cinematográfico as favelas."*

No primeiro exemplo, o trecho destacado deve ser considerado parte do agente, equivalente a *"o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura"*. Já no segundo, o trecho destacado deve ser considerado modo/meio, porque há clara intenção do participante de indicar o modo pelo qual a ação será realizada, como em *"O Estado recorrendo ao Ministério da Economia e da Cultura"*.

Ou seja, o participante, ao formular a proposta de intervenção, pode apresentar a mesma informação sob a forma de elementos diferentes. Em cada caso, o procedimento a ser seguido é identificar o elemento por meio da forma escolhida pelo participante para apresentá-lo.

Outro aspecto importante a ser observado é que **não serão consideradas modo/meio** construções que, embora expressem circunstância de modo, ainda não respondem à pergunta **"Como se executa/Por meio do quê?"**. Por exemplo, em *"O governo precisa aumentar o acesso ao cinema **de forma eficiente**"*, a expressão "de forma eficiente" ainda não basta para identificar o meio de execução prática da ação e, consequentemente, não é contabilizada como um elemento.

EFEITO

Efeito é o elemento que corresponde aos resultados pretendidos ou alcançados pela ação proposta. Ele pode vir expresso por meio de uma estrutura indicativa de finalidade, consequência ou conclusão. A pergunta a ser respondida para identificar esse elemento é **"Para quê?"**.

Na avaliação da proposta de intervenção, o **efeito** equivale a **1 elemento válido**, independentemente de quantos ou quais deles sejam identificados em uma mesma proposta. Tal como o modo/meio, não há efeito considerado elemento nulo.

São estruturas indicativas de **efeito**:

*1. "Várias medidas, devem ser tomadas **para não ter decaimento, dessa forma de lazer não acabar.**"*

*2. "**Para que as periferias não sejam esquecidas e também tenham acesos ao cinema**, o governo Federal deve, por meio de planejamento e investimento em cultura, promover amostras de cinema gratuitas em praças públicas e locais de fácil de acesso."*

*3. "Portanto, vemos que se faz necessária a democratização do cinema nas áreas mais precárias de atenção, é necessário que o governo invista em mais salas de cinema, com uma maior facilidade de acesso, **visando incluir as classes mais baixas no meio cultural."***

*4. "Portanto, o governo e o Estado, juntamente com as mídias virtuais, poderiam expandir o cinema com preços mais acessíveis, Ongs disponibilizarem cinemas de graças para áreas humildes. **Espera-se com isso, que todos possam ter acesso ao entretenimento como o cinema, e usufruir de um filme sem pagar absurdamente caro."***

É importante observar as possibilidades de localização do efeito na proposta de intervenção. É comum o participante iniciar a proposta de intervenção com esse elemento, normalmente com o indicativo de finalidade (como no exemplo 2 do quadro anterior). Não raro, porém, o efeito aparece no final da proposta, mas, nessa posição, além da finalidade, são comuns as construções indicativas de consequência e conclusão (como nos exemplos 1, 3 e 4 do quadro anterior).

Cabe, também, destacar que um mesmo efeito pode servir a várias propostas de intervenção. O avaliador deve estar atento, a fim de verificar se, mesmo estando estruturalmente distante da proposta considerada mais completa (em outro período ou até parágrafo), o efeito pode estar semanticamente relacionado a ela, como ocorre no exemplo seguinte:

> ***Para que a situação seja amenizada**, o governo poderia promover festivais de cinema nos centros culturais, os cineastas organizar oficinas gratuitas sobre a produção de um filme e as escolas oferecerem aulas sobre cinema que incentivem desde cedo o gosto por essa arte.*

Note que o exemplo anterior apresenta três propostas de intervenção e apenas um efeito, no início, que serve a todas elas.

Por fim, é importante ressaltar que, caso a frase temática da proposta de redação do Enem 2019 – "democratização do acesso ao cinema" – apareça na proposta constituindo o **efeito**, ela deverá ser contabilizada como elemento válido, uma vez que o caráter de nulidade não se aplica ao efeito. Vale lembrar, mais uma vez, que só podem ser caracterizados como elementos nulos a ação e o agente.

DETALHAMENTO

Detalhamento é o elemento que acrescenta informações à ação, ao agente, ao modo/meio ou ao efeito. Ele tem papel fundamental para uma formulação mais concreta e mais elaborada da proposta de intervenção. Por esse motivo, damos ao detalhamento a mesma relevância concedida aos demais elementos, pois todos cumprem o papel de completar a ação da proposta de intervenção. A pergunta a ser respondida para identificar o detalhamento é: **"Que outra informação sobre esses elementos foi acrescentada pelo participante?"**.

É importante enfatizar que não há detalhamento considerado elemento nulo.

Cabe observar que, na proposta de intervenção, o detalhamento pode estar relacionado a uma ação ou a um agente considerado elemento nulo e, mesmo assim, ser contabilizado, pois a ação e o agente considerados elementos nulos não são inexistentes – ou seja, embora não sejam contabilizados como elementos válidos, tais ações e tais agentes compõem uma proposta de intervenção e podem ter um detalhamento relacionado a eles. O detalhamento, por sua vez, é, justamente, um outro elemento, aquele que acrescenta informações à ação, ao agente, ao modo/meio ou ao efeito.

O detalhamento da **ação**, do **agente** e do **modo/meio** é variado, podendo se apresentar na forma de uma exemplificação, explicação, justificativa ou especificação.

São exemplos do **detalhamento da ação**:

1. Portanto, o governo poderia investir mais nos cinemas, ***pois é um ambiente de lazer e um lugar onde pode-se levar a família".*** (Justificativa)

2. "O Estado deve, por meio do planejamento e investimento em cultura promover amostras de cinema ***em praças públicas e locais de fácil acesso,*** *para que as periferias não sejam esquecidas e também tenham acesso ao cinema"* (Especificação)

ATENÇÃO!

Em 2020, as especificações de lugar podem ser detalhamento da ação ou do modo/meio. Em "*A prefeitura deve promover sessões gratuitas de cinema na cidade*", por exemplo, considera-se "na cidade" como detalhamento da ação. No entanto, especificações de lugar que compuserem a frase temática não serão aceitas como detalhamento da ação ou do modo/meio. Para o tema de 2019, o termo "no Brasil", usado isoladamente, não deve ser contabilizado como detalhamento, uma vez que faz parte da frase temática "Democratização do acesso ao cinema no Brasil". Além de "no Brasil", não será considerado qualquer outro termo referente ao país.

São exemplos do **detalhamento do agente**:

1. "Para reverter esse quadro, é necessário que o governo, ***agente responsável pelo bem-estar social,*** *invista na implementação de redes de cinema pelo país"* (Explicação)

2. "Assim, órgãos do governo – ***como o Ministério da Cultura ou o Ministério da Cidadania*** *– devem estimular a construção de cinemas em áreas no interior do Brasil"* (Exemplificação)

São exemplos do **detalhamento do modo/meio**:

1. "Depreende-se, portanto, que o governo federal, juntamente com o ministério da cultura, deve investir em infraestrutura para minimizar esse problema, através da criação de cinemas e sem restringir o consumo de alimentos que não forem adquiridos nos locais, ***pois muitas vezes o preço da pipoca é mais caro que o ingresso****". (Justificativa)*

2. "Para que sane o problema, cabe ao governo criar mais medidas de incentivo à cultura, criando festivais ao ar livre para a população de baixa renda, ***como os beneficiários de programas sociais****".* (Exemplificação)

Os exemplos estudados evidenciam que o detalhamento, como elemento, tem papel fundamental para uma formulação mais concreta e mais elaborada da proposta de intervenção. Quando identificamos um detalhamento, é preciso delimitá-lo como algo além do elemento a que está ligado, ou seja, uma informação a mais. Nesse objetivo, para além da identificação das estruturas gramaticais, como a estrutura oracional ou de nível sintagmático, temos de nos atentar para o aspecto semântico de cada elemento.

ATENÇÃO!

Algumas propostas indicam um público-alvo que pode estar ligado tanto à ação quanto ao modo/meio. No entanto, essa informação não deve ser validada como detalhamento, pois a consideramos essencial para o entendimento do elemento ao qual ela se liga. Vejamos alguns exemplos:

"A Ancine deve promover sessões gratuitas de filmes para todos os cidadãos, assim a população menos escolarizada aprenderá a valorizar obras cinematográficas de melhor qualidade." ("para todos os cidadãos" **não** é detalhamento da ação.)

"O governo federal poderia criar o bolsa cinema, através da distribuição de ingressos para os beneficiários de programas sociais, incentivando a ida ao cinema." ("para os beneficiários de programas sociais" **não** é detalhamento do modo/meio.)

Já para a identificação do **detalhamento do efeito**, admitiremos apenas o **desdobramento do efeito**, ou seja, uma ampliação explícita do primeiro efeito. O participante deve deixar muito claro que se trata de um efeito diretamente atrelado a outro (ou seja, um efeito do efeito), e não de apenas mais um efeito independente. Para isso, primeiramente, devemos buscar a articulação de algum marcador ou construção que evidencie essa relação textualmente, como um operador argumentativo, por exemplo. No entanto, na ausência do marcador, é importante avaliar se há alguma relação semântica entre os dois efeitos, estabelecendo uma relação de gradação/ampliação entre eles.

São exemplos do **detalhamento do efeito**:

1. "Dessa forma, tendo em vista as relações dos filmes para com os cidadãos e sua respectiva importância, é necessário a ação dos órgãos responsáveis (Governos Federais, Estaduais, Municipais) em consonância as empresas do ramo cinematográfico, por meio de campanhas através da mídia e ações gratuitas em sessões a céu aberto, por exemplo, com o fito de baratear as entradas, ***incentivando, portanto, a ida dos telespectadores de cada canto do país as salas."*** (Desdobramento explícito de um efeito dentro de uma mesma proposta.)

2. "Sendo assim, políticas públicas mais eficazes devem ser criadas pelo Governo Federal, por meio de incentivos a ida aos cinemas por um preço mais justo, democratizando o cinema em áreas carentes. O Governo Estadual também precisa fazer sua parte, melhorando o transporte público e expandindo a meia-entrada para facilitar o lazer. As prefeituras podem, por sua vez, promover mais festivais de cinemas nas escolas, educando as crianças para as artes. ***Com essas medidas alcançaremos não apenas a popularização do cinema ou maior consumo de bilheterias, mas sobretudo a inclusão e pertencimento social de modo igual."*** (Desdobramento explícito de efeitos de propostas diferentes, como uma consequência maior que resulta desses efeitos.)

Para ficar mais clara **a distinção entre efeito e detalhamento do efeito**, comparamos exemplos que trazem, respectivamente, efeitos que são relacionados (quando há efeito do efeito) e que não são relacionados (quando não há detalhamento do efeito).

- O exemplo a seguir apresenta detalhamento do efeito:

"Diante do exposto, é de todo imperioso que o Ministério da Educação crie um projeto de exposição cinematográfica gratuita nos espaços públicos de recreação e nos órgãos de ensino, através das verbas governamentais, com o objetivo de promover uma integração plena dos indivíduos com as obras dos filmes, ***a fim de aumentar o número de telespectadores.***

Nesse exemplo, temos um efeito da ação: *"com o objetivo de promover uma integração plena dos indivíduos com as obras dos filmes"*, isto é, o que se espera da ação de criar projeto de exposição de cinema gratuito. Em seguida, temos um segundo efeito, que seria decorrente do primeiro e, portanto, um detalhamento, caso a ação fosse posta em prática. Nesse caso, os operadores argumentativos (*"com o objetivo"* e *"a fim de"*) asseguram que o primeiro efeito é a condição necessária para que o segundo efeito aconteça. Porém, caso esses marcadores estivessem ausentes no trecho citado, deveríamos analisar apenas a relação semântica (gradação/ampliação) entre os dois elementos. Nesse caso, verificamos que o trecho em questão estabelece que, primeiramente, se busca promover a integração plena dos indivíduos com as obras cinematográficas para, posteriormente, fazer com que esses indivíduos se tornem telespectadores. Esse é o detalhamento do efeito esperado para a contabilização desse elemento (2 elementos válidos).

- Vejamos outra situação em que o operador argumentativo define a relação entre o efeito e o detalhamento do efeito:

"Infere-se, portanto, que o acesso ao cinema no Brasil não é democrático. Por isso, cabe ao Governo Federal, junto à mídia, criar um projeto de fácil acesso ao cinema, por meio de distribuição de ingressos grátis e também de promoções. Essa ação deve ser realizada com o fito de reverter essa realidade ***para que o cinema seja acessível a todos.****"*

No trecho acima, temos um efeito *"com o fito de reverter essa realidade"*, que responde à pergunta "Por que criar um projeto de fácil acesso ao cinema?". Na sequência, temos a presença do *"para que"*, que valida *"cinema acessível a todos"* como um detalhamento do efeito apresentado anteriormente. Nesse caso, o operador argumentativo garante o efeito do efeito, mesmo que não seja explícita a relação de gradação/ampliação entre os dois elementos.

- Na situação a seguir, ainda que não haja operador argumentativo introduzindo

o detalhamento do efeito (visto que esse elemento da proposta se apresenta por meio de uma estrutura em gerúndio), também identificamos o efeito e o detalhamento do efeito.

"É importante que os órgãos públicos – como o Ministério da Cultura, a Ancine ou a Cinemateca – financiem mais os projetos dos cineastas brasileiros. Assim haverá mais filmes nacionais produzidos, ***aumentando o interesse do nosso povo pelo cinema.****"*

Nesse trecho, temos um efeito: *"Assim haverá mais filmes nacionais produzidos"*, que responde à pergunta "Para que é importante que os órgãos públicos financiem mais projetos dos cineastas brasileiros?". Na sequência, a oração iniciada por gerúndio, *"aumentando o interesse do nosso povo pelo cinema"*, explicita a relação de dependência, de gradação/ampliação entre os dois elementos, e, por isso, é considerada como um detalhamento do efeito apresentado anteriormente.

- Abaixo, devemos observar que, caso o sentido dos elementos articulados seja igual, mesmo que haja a presença de algum marcador ou construção textual entre eles, devemos avaliá-los como dois efeitos (1 elemento válido). Vejamos:

"Para remediar o problema do acesso às telonas que assola muitos brasileiros, o Governo federal deve, por meio de incentivos fiscais cedidos para empresas que prestam tal serviço, estimular a construção de novas salas de cinema em regiões que ainda apresentam déficit em relação a esse tipo de entretenimento. Espera-se, com isso, que a problemática possa ser, ao menos, atenuada."

Nesse exemplo, o operador argumentativo "com isso" ainda não é suficiente para garantir que um efeito seja decorrente de outro ou a conclusão desse outro. Neste caso, os efeitos *"para remediar o problema do acesso às telonas que assola muitos brasileiros"* e *"espera-se, com isso, que a problemática possa ser, ao menos, atenuada"* estão no mesmo nível semântico, haja vista que o sentido de *"remediar o problema"* e *"que a problemática seja atenuada"* é muito parecido. Portanto, nesse caso, não temos detalhamento do efeito, mas dois efeitos (contabilizando apenas 1 elemento válido).

É importante reforçar que há situações, como a anterior, em que sempre consideraremos 2 efeitos. Esses são os casos de efeitos conectados pela conjunção "e", já que presença dessa conjunção garante que não há desdobramento entre esses dois efeitos, mas que eles ocorreriam simultaneamente, caso a ação fosse posta em prática. Além disso, consideramos como 2 efeitos aqueles que são semanticamente muito semelhantes, pois apresentam apenas uma repetição de ideias. Para ilustrar esses casos, veja a tabela a seguir:

QUANDO HÁ APENAS 2 EFEITOS			
Sentidos semelhantes entre duas finalidades/objetivos da ação	*"É necessário levar cinemas para áreas carentes, assim **o problema será resolvido**. Deste modo, **o imbróglio será solucionado**"*	Efeito + efeito	1 elemento válido
Finalidades/objetivos da ação conectados pela conjunção "**e**"	*"Os cidadãos passarão a ir mais ao cinema **e** ampliarão seu repertório cultural"*	Efeito + efeito	1 elemento válido

IMPORTANTE

GERÚNDIO: normalmente, as orações reduzidas de gerúndio e sem conjunção demandam uma atenção maior por parte do avaliador, pois podem ser consideradas **efeito, modo/meio** ou **detalhamento**, dependendo do caso. Uma forma eficiente de perceber a diferença entre esses elementos é fazer as perguntas que os identificam.

1. *"Em função disso, é mister que o Governo Federal em conjunto com as grandes empresas de cinema contribuam para a criação de salas de cinema locais, **promovendo a interação e a inclusão das pessoas nos meios socioculturais**"*

O que deve ser feito? *"contribuam para a criação de salas de cinema locais"*. (Ação)

Quem executa? *"Governo Federal em conjunto com as grandes empresas de cinema"*. (Agente)

Como se executa?/Por meio do quê? Não sabemos.

Para quê? *"promovendo a interação e a inclusão das pessoas nos meios socioculturais"*. (Efeito)

Que outra informação sobre esses elementos foi acrescentada pelo participante? Não há.

A partir das perguntas, percebemos que o trecho destacado deve ser identificado como efeito, pois o uso do verbo "promover" no gerúndio, nessa ocorrência, indica um objetivo da contribuição para a criação de salas de cinema. Em outras palavras, o trecho destacado responde à pergunta PARA QUE contribuir para criar cinema – PARA promover a interação e a inclusão de pessoas nos meios socioculturais.

2. "Cabe então, aos governos municipais, em conjunto com empresas de cinemas, tornar esse acesso mais fácil para as populações periféricas, ***barateando os custos****, a fim de que as pessoas possam ter o acesso ao cinema."*

O que deve ser feito? *"tornar esse acesso mais fácil para as populações periféricas".* (Ação)

Quem executa? *"governos municipais"*. (Agente)

Como se executa?/Por meio do quê? *"barateando os custos"*. (Modo/meio)

Para quê? *"a fim de que as pessoas possam ter o acesso ao cinema"*. (Efeito)

Que outra informação sobre esses elementos foi acrescentada pelo participante? Não há.

O trecho destacado deve ser identificado como **modo/meio**, pois o uso do verbo "baratear" no gerúndio, nessa ocorrência, indica uma forma de realizar a ação de "tornar esse acesso mais fácil". Ou seja, o trecho responde à pergunta COMO será possível "tornar esse acesso mais fácil" – POR MEIO DO barateamento dos custos.

3. *"Por isso, é imprescindível que o governo crie projetos de cinema gratuito, para que assim a parte da população com baixa renda possa ter contato com*

essa cultura, ***possibilitando-a adquirir novos conhecimentos e tornando-a mais tolerante.****"*

O que deve ser feito? *"crie projetos de cinema gratuito"*. (Ação)

Quem executa? *"o governo"*. (Agente)

Como se executa? Por meio do quê? Não sabemos.

Para quê? *"para que assim a parte da população com baixa renda possa ter contato com essa cultura"*. (Efeito)

Que outra informação sobre esses elementos foi acrescentada pelo participante? *"possibilitando-a adquirir novos conhecimentos e tornando-a mais tolerante"*. (Dois detalhamentos do efeito)

O trecho destacado deve ser identificado como **detalhamentos** do efeito, pois o uso dos verbos "possibilitar" e "tornar" no gerúndio, nessa ocorrência, acrescenta um desdobramento do efeito, uma informação a mais sobre o efeito. Ou seja, o trecho responde à pergunta QUE OUTRA INFORMAÇÃO sobre o efeito foi acrescentada pelo participante – o contato da população de baixa renda com essa cultura (efeito) possibilitará a aquisição de novos conhecimentos e tornará essa população mais tolerante (efeitos do efeito, detalhamentos).

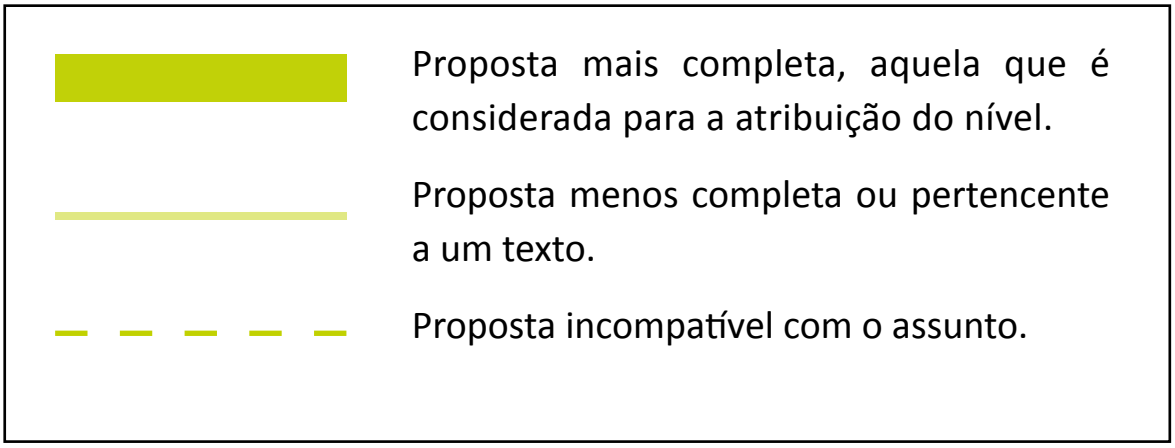
Devemos lembrar que, assim como os outros elementos, o detalhamento deve ser contabilizado apenas uma vez. Por exemplo, se a proposta válida apresentar um detalhamento da ação e um detalhamento do agente, contabilizamos apenas um detalhamento. Da mesma maneira, se houver dois ou mais detalhamentos de um mesmo elemento (como ocorre no exemplo 3 do quadro anterior, em que há dois detalhamentos do efeito), contabilizamos apenas um detalhamento (1 elemento válido).

Após conhecermos cada um dos elementos e observarmos como eles se manifestam textualmente, é importante saber, agora, como eles se distribuem pelos níveis de notas e analisar, a partir de redações dos participantes, como podem ser identificados.

4. DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS

Apresentados os **5 elementos** que servirão de critério para a atribuição dos níveis de 0 a 5 às propostas de intervenção, como visto na Grade Específica, precisamos, então, compreender como eles devem ser contabilizados por nível de nota.

Utilizaremos a seguinte legenda para as marcações nas redações analisadas:



4.1 NÍVEL 0 (NOTA 0)

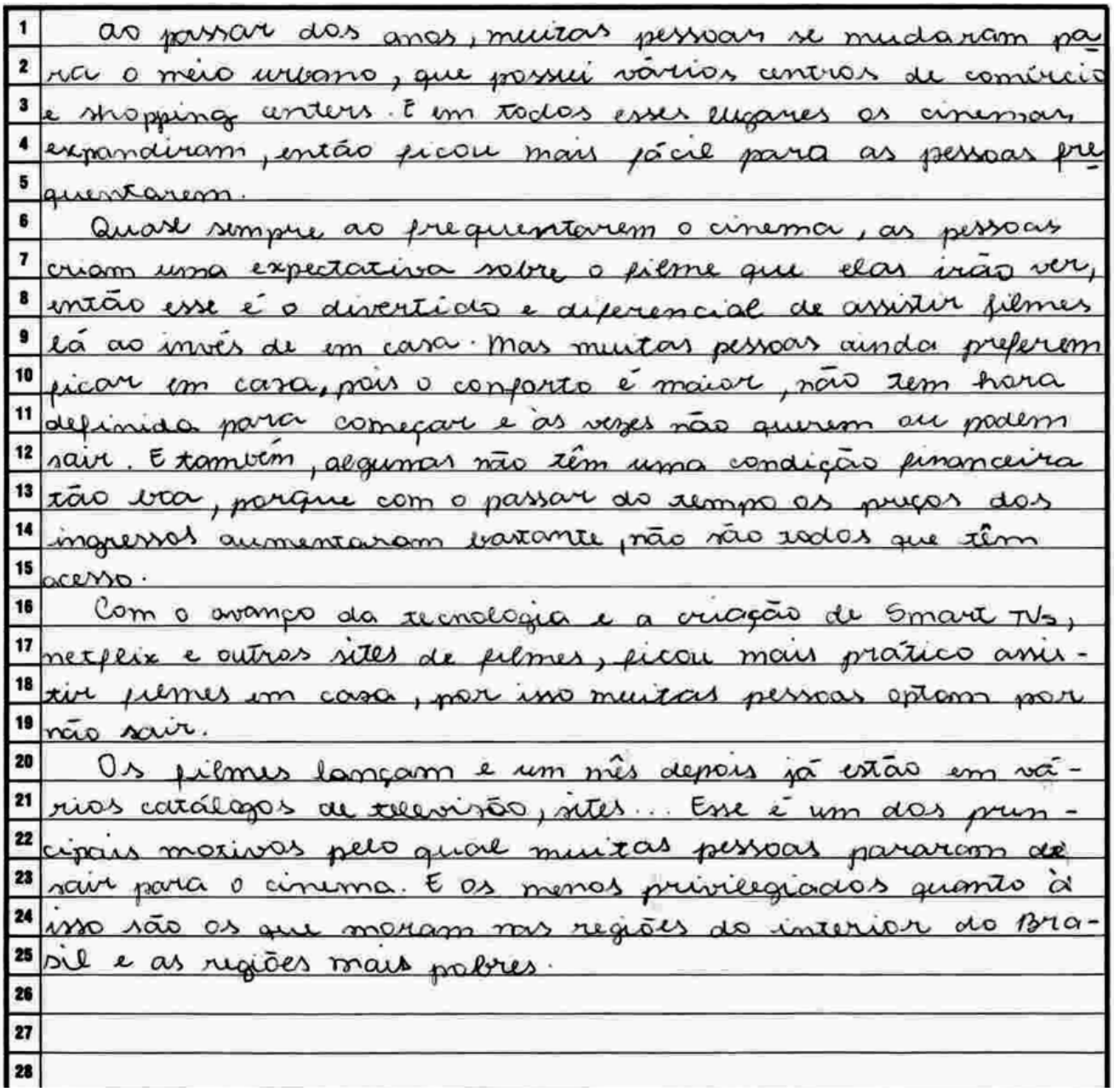
0	• Ausência de proposta OU • Proposta de intervenção que desrespeita os direitos humanos OU • Proposta de intervenção não relacionada sequer ao assunto

Há três situações que permitem a atribuição de nível 0 à Competência V: o texto **não apresenta proposta de intervenção; há desrespeito aos direitos humanos** na proposta de intervenção; ou a proposta **não está relacionada sequer ao assunto**.

4.1.1. Ausência de proposta de intervenção

A primeira possibilidade de atribuição desse nível é quando o texto **não apresenta qualquer proposta de intervenção**. Já vimos como identificar a proposta no texto, no item 3.1. Logo, se a clara intenção do participante de propor algo não for identificada, ou seja, se o texto não apresentar uma proposta de intervenção, ele deverá ser avaliado no **nível 0** da Competência V. Veja o exemplo a seguir:

Exemplo 2



ao passar dos anos, muitas pessoas se mudaram para o meio urbano, que possui vários centros de comércio e shopping centers. E em todos esses lugares os cinemas expandiram, então ficou mais fácil para as pessoas frequentarem.

Quase sempre ao frequentarem o cinema, as pessoas criam uma expectativa sobre o filme que elas irão ver, então esse é o diferencial de assistir filmes lá ao invés de em casa. Mas muitas pessoas ainda preferem ficar em casa, pois o conforto é maior, não tem hora definida para começar e às vezes não querem ou podem sair. E também, algumas não têm uma condição financeira tão boa, porque com o passar do tempo os preços dos ingressos aumentaram bastante, não são todos que têm acesso.

Com o avanço da tecnologia e a criação de Smart TVs, netflix e outros sites de filmes, ficou mais prático assistir filmes em casa, por isso muitas pessoas optam por não sair.

Os filmes lançam e um mês depois já estão em vários catálogos de televisão, sites... Esse é um dos principais motivos pelo qual muitas pessoas pararam de sair para o cinema. E os menos privilegiados quanto à isso são os que moram nas regiões do interior do Brasil e as regiões mais pobres.

O texto do *Exemplo 2* é avaliado no **nível 0** porque **não apresenta proposta de intervenção**. Há abordagem completa do tema, porque o participante trata da democratização do cinema nas linhas 3 e 4 (*"os cinemas expandiram"*). Contudo, o participante faz apenas constatações ao longo do texto, não apontando que tal cenário deve ser mudado, nem o que deve ser feito para mudá-lo. Como não se expressa claramente, nesse texto, o desejo de propor algo para interferir, não identificamos a presença de uma proposta de intervenção.

ATENÇÃO!

Precisamos ficar atentos a um tipo comum de constatação: a "constatação de falta", como ocorre em:

"Podemos concluir que no Brasil o acesso aos bens culturais não é para todos. Isto é o que falta para a população brasileira ser mais instruída".

Embora essa construção possa esbarrar na tentativa de apresentar uma proposta de intervenção, ela, sozinha, **aponta para um problema, não para sua solução;** por isso, não deve ser considerada uma proposta de intervenção. Note que essa construção aponta para o que falta, e o leitor é quem preenche essa lacuna, a partir da falta, com o que poderia ser a proposta de intervenção.

Exemplo: *"Falta acesso aos bens culturais à população brasileira"*.

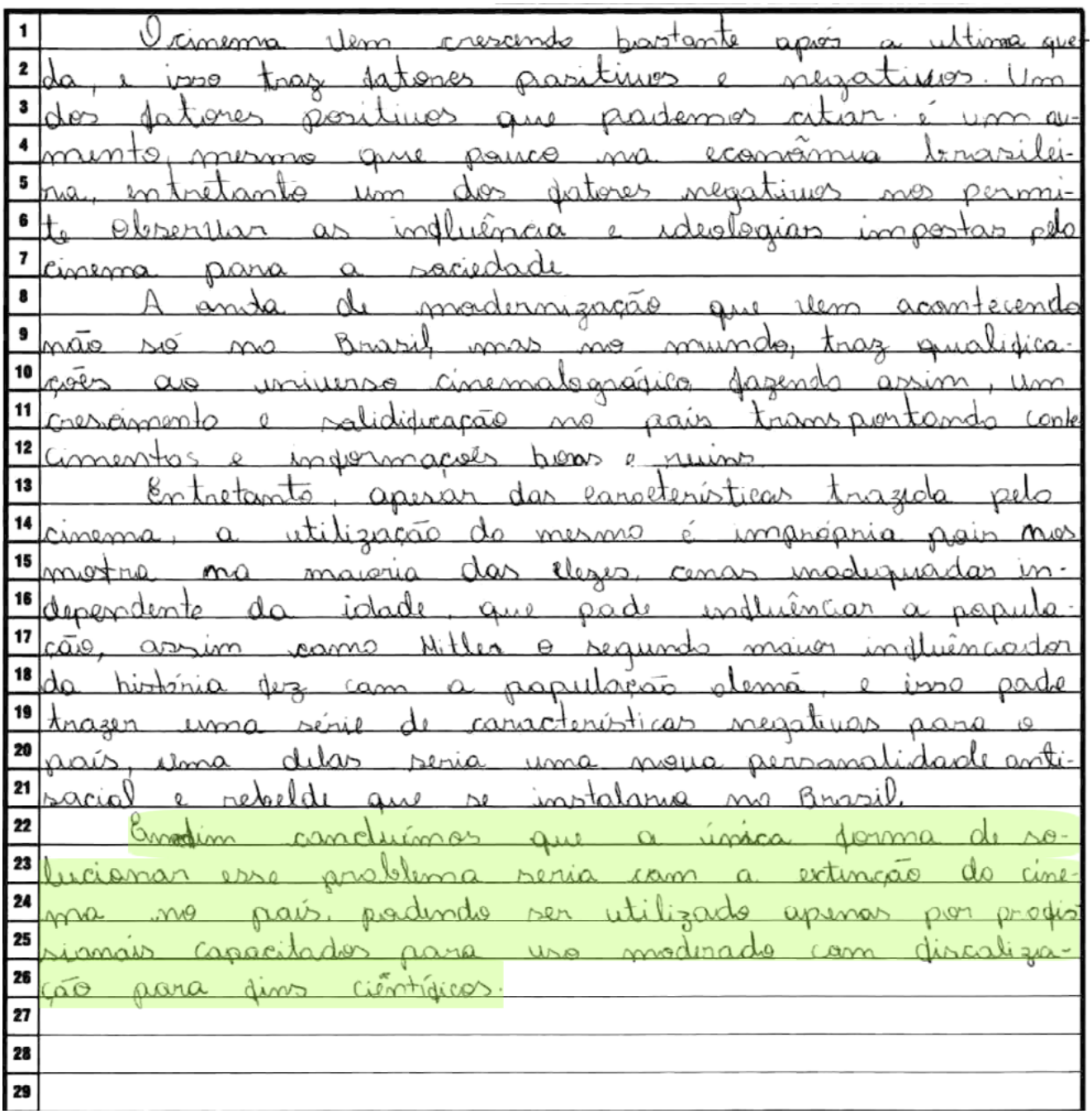
Preenchimento do leitor: *"É necessário garantir a acesso aos bens culturais à população brasileira"*.

Construções como *"É preciso garantir o acesso aos bens culturais"* e *"É necessário acesso aos bens culturais que garantam a instrução da população"* são propostas de intervenção, **ao contrário da "constatação de falta", porque apontam para a solução de um problema**.

4.1.2. Proposta de intervenção que desrespeita os direitos humanos

O **nível 0** também será atribuído a propostas que **desrespeitem os direitos humanos**, como é o caso do exemplo a seguir.

Exemplo 3



O cinema vem crescendo bastante após a ultima queda, e isso traz fatores positivos e negativos. Um dos fatores positivos que podemos citar é um aumento, mesmo que pouco na economia brasileira, entretanto um dos fatores negativos nos permite observar as influência e ideologias impostas pelo cinema para a sociedade.

A onda de modernização que vem acontecendo não só no Brasil, mas no mundo, traz qualificações ao universo cinematográfico fazendo assim, um crescimento e solidificação no país transportando comentas e informações boas e ruins.

Entretanto, apesar das características trazida pelo cinema, a utilização do mesmo é impróprio pois nos mostra na maioria das vezes, cenas inadequadas independente da idade, que pode influênciar a população, assim como Hitler o segundo maior influenciador da história fez com a população alemã, e isso pode trazer uma série de características negativas para o país, uma delas seria uma nova personalidade antisocial e rebelde que se instalaria no Brasil.

Enfim concluímos que a única forma de solucionar esse problema seria com a extinção do cinema no país, podendo ser utilizado apenas por profissionais capacitados para uso moderado com fiscalização para fins científicos.

Na redação do *Exemplo 3*, há abordagem completa do tema, porque o participante trata da democratização do cinema na linha 1 (*"o cinema vem crescendo bastante"*). A partir da leitura do texto, conclui-se que deve ser atribuído o **nível 0**, pois o participante apresenta uma proposta de intervenção, entre as linhas 22 e 26, que sugere a extinção do cinema, defendendo que somente *"profissionais capacitados"* possam acessá-lo *"para uso moderado com fiscalização para fins científicos"*. Essa proposição configura **desrespeito aos direitos humanos**, uma vez que contraria o princípio de que:

Artigo XXVII

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

É importante ressaltar que, devido à gravidade verificada no desrespeito aos direitos humanos, a identificação de uma proposta enquadrada nesse perfil deverá levar o texto a ser avaliado **sempre no nível 0 desta Competência**, independentemente da existência de outras propostas, na mesma redação, que não firam os direitos humanos.

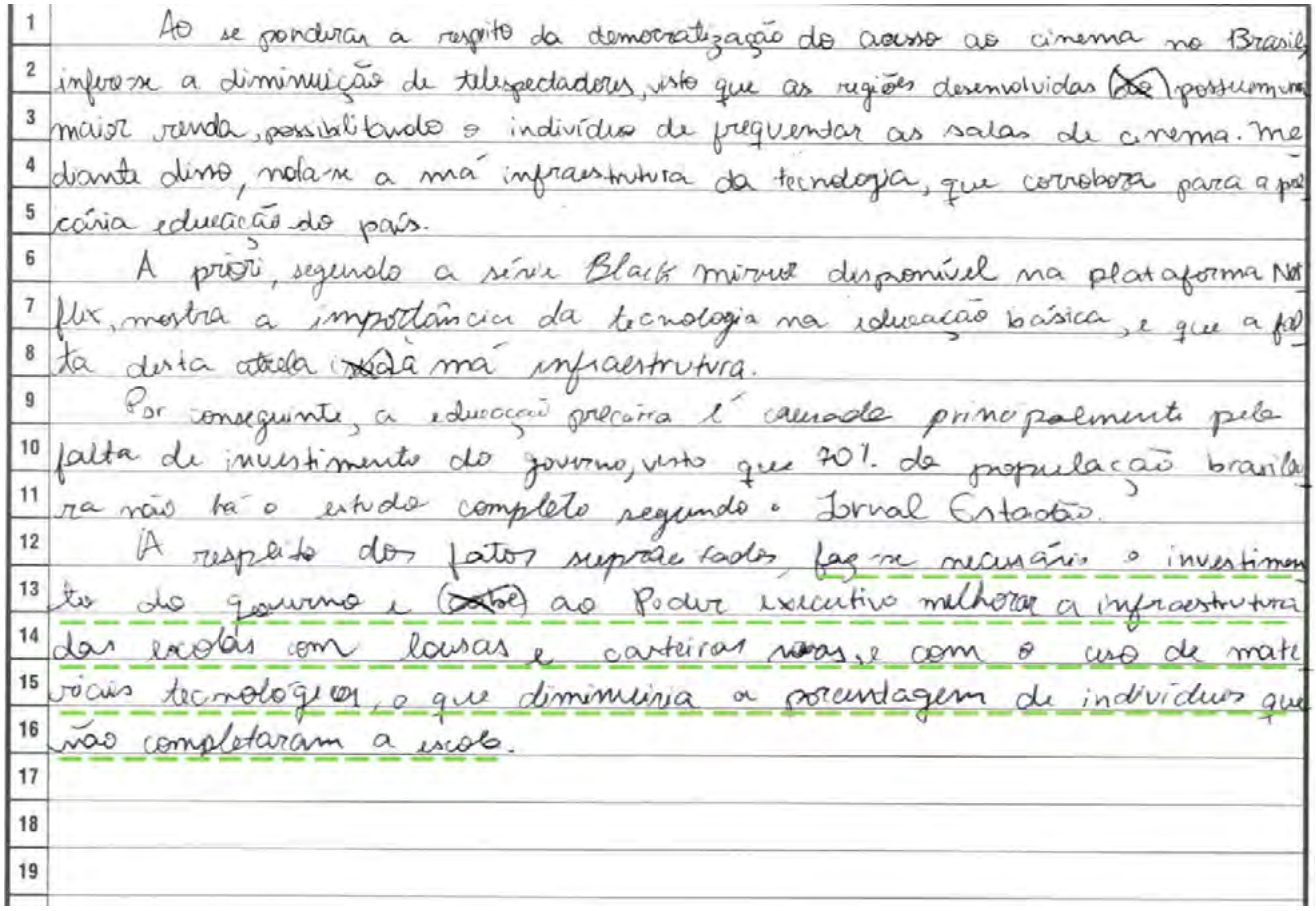
4.1.3. Proposta de intervenção não relacionada sequer ao assunto

Por fim, as propostas de intervenção identificadas como **não relacionadas sequer ao assunto**, o que inclui aquelas totalmente incompatíveis com ele, também serão avaliadas no **nível 0**.

Se um texto for avaliado como "fuga ao tema", é porque nem na proposta de intervenção foi identificada a abordagem temática; portanto, ele não é avaliado em qualquer uma das competências. No entanto, caso um texto avaliado na Competência II com abordagem completa do tema ou, pelo menos, como tangente apresente uma proposta de intervenção completamente alheia ao tema ou ao assunto, é preciso verificar, primeiramente, se não se trata de algum caso de "parte desconectada", como vimos no Módulo 2 – Situações que levam à nota zero. Descartada essa hipótese, se ainda se considerar que a proposta não se relaciona sequer ao assunto, o **texto deve ser enviado ao supervisor para uma verificação mais detalhada**.

É importante lembrar que, caso o texto apresente outra proposta compatível, ela deve ser avaliada normalmente, mesmo apresentando menos elementos, ou seja, não sendo a mais completa.

Exemplo 4



Ao se ponderar a respeito da democratização do acesso ao cinema no Brasil, infere-se a diminuição de telespectadores, visto que as regiões desenvolvidas (~~são~~) apresentam maior renda, possibilitando o indivíduo de frequentar as salas de cinema. Mediante disso, nota-se a má infraestrutura da tecnologia, que corrobora para a precária educação do país.

A priori, segundo a série Black mirror disponível na plataforma Netflix, mostra a importância da tecnologia na educação básica, e que a falta desta acaba (~~se~~) à má infraestrutura.

Por conseguinte, a educação precária é causada primordialmente pela falta de investimento do governo, visto que 70% da população brasileira não há o estudo completo segundo o Jornal Estadão.

À respeito dos fatos supracitados, faz-se necessário o investimento do governo e (~~do~~) ao Poder executivo melhorar a infraestrutura das escolas com lousas e carteiras novas, e com o uso de materiais tecnológicos, o que diminuiria a porcentagem de indivíduos que não completaram a escola.

A redação do *Exemplo 4* apresenta abordagem completa do tema, pois trata da democratização do acesso ao cinema logo na linha 1 (*"democratização do acesso ao cinema"*). A proposta de intervenção mais completa, entre as linhas 13 e 16, apresenta quatro elementos válidos: o agente (*"o poder executivo"*), a ação (*"melhorar a infraestrutura das escolas"*), o modo/meio (*"com lousas e carteiras novas e com o uso de materiais tecnológicos"*) e o efeito (*"o que diminuiria a porcentagem de indivíduos que não completaram a escola"*). Além disso, há uma proposta menos completa nas linhas 12 e 13, com ação (*"faz-se necessário o investimento"*) e agente (*"do governo"*). No entanto, na Competência V, deve ser atribuído o nível 0 para essa redação, porque essas propostas são incompatíveis com o assunto da redação do Enem 2019. O participante centra suas propostas no problema da má qualidade da educação no país e da tecnologia precária. Desse modo, não é possível estabelecer relação entre essas propostas e o cinema, ou mesmo qualquer elemento do universo cinematográfico. Por isso, a proposta de intervenção deve ser avaliada no **nível 0**, já que se considera que ela não está **"sequer relacionada ao assunto"**.

4.2. NÍVEL 1 (NOTA 40)

1	• Tangenciamento do tema OU • Apenas elemento(s) nulo(s) OU • 1 elemento válido

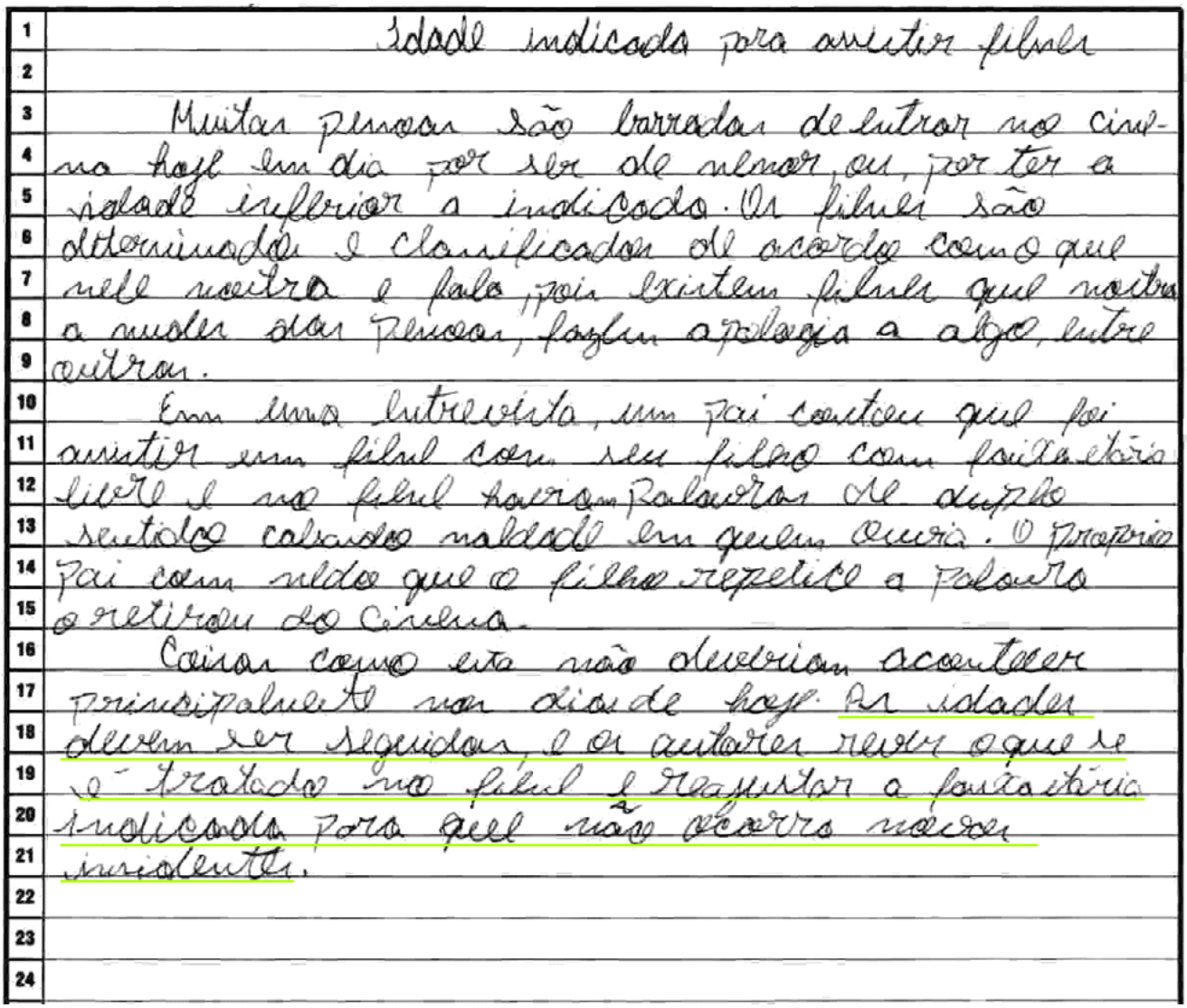
Há três situações para a atribuição do **nível 1** na Competência V: a proposta de intervenção pertencente a um **texto tangente**, aquela com **apenas elemento(s) nulo(s)** ou aquela com **apenas 1 elemento válido**. Veja os exemplos a seguir.

4.2.1. Tangenciamento do tema

Se um **texto foi considerado tangente** na Competência II, significa que a abordagem completa do tema não foi identificada nem mesmo na proposta de intervenção; portanto, caso apresente uma proposta com um ou mais elementos válidos, deve ser avaliado no **nível 1** na Competência V. Contudo, é preciso atenção, pois um texto tangente pode ainda: não conter proposta de intervenção; apresentar proposta que desrespeite os direitos humanos; ou apresentar apenas proposta não relacionada sequer ao assunto − condições que levam à atribuição do nível 0 nesta Competência.

No exemplo a seguir, a proposta de intervenção, ainda que apresente três elementos válidos, encontra-se em um texto tangente; por isso, enquadra-se no nível 1.

Exemplo 5



Idade indicada para assistir filmes

Muitas pessoas são barradas de entrar no cinema hoje em dia por ser de menor, ou, por ter a idade inferior a indicada. Os filmes são determinados e classificados de acordo com o que nele contra e fala, pois existem filmes que contra a moral das pessoas, fazem apologia a algo, entre outros.

Em uma entrevista, um pai contou que foi assistir um filme com seu filho com faixa etária livre e no filme havia palavras de duplo sentido colocado maldade em quem ouvia. O próprio pai com medo que o filho repetisse a palavra o retirou do cinema.

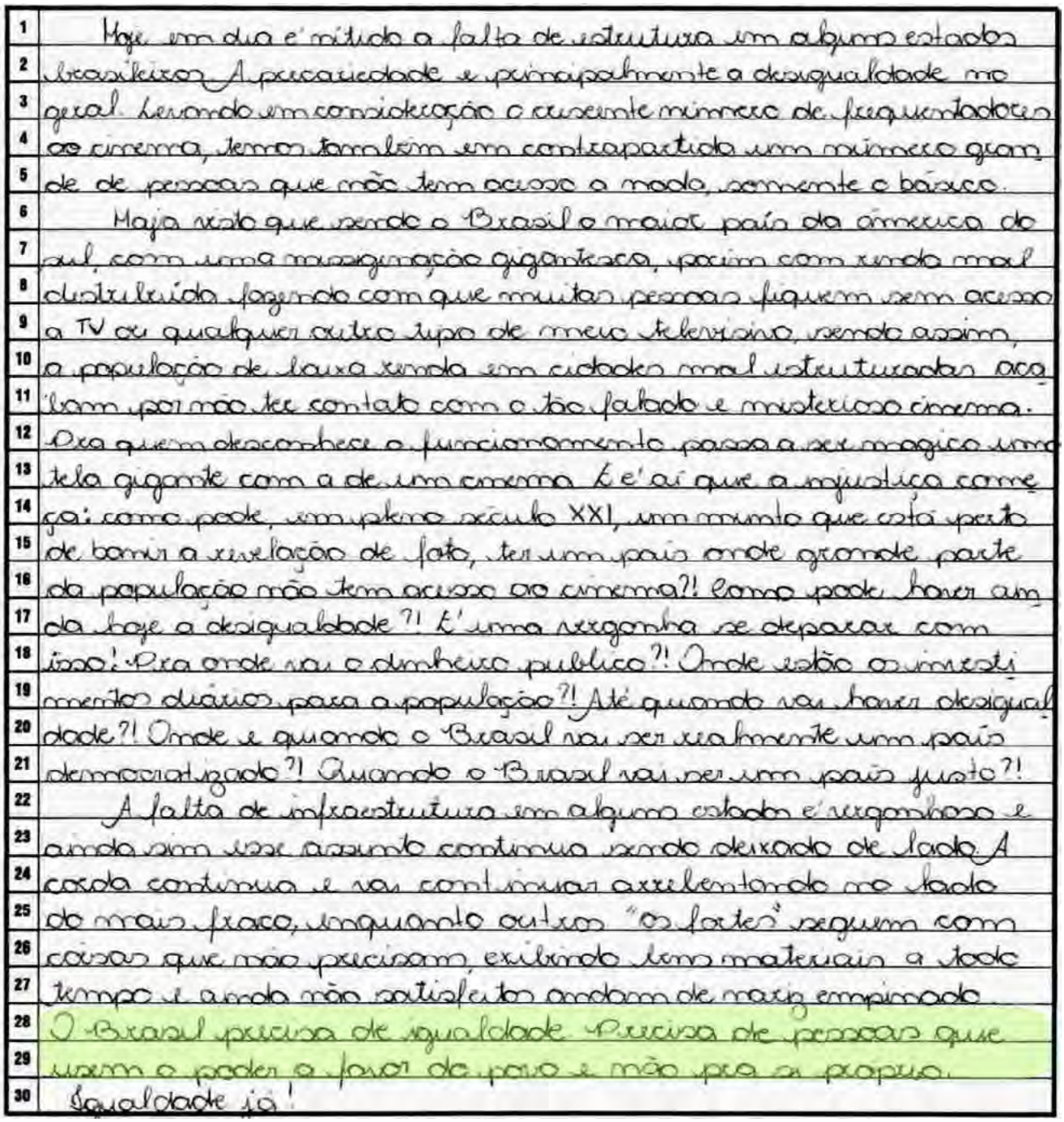
Coisas como esta não deveriam acontecer principalmente nos dias de hoje. As idades devem ser seguidas, e os autores rever o que se é tratado no filme e reajustar a faixa etária indicada para que não ocorra novos incidentes.

Na redação do *Exemplo 5*, há tangenciamento do tema, porque o participante menciona o cinema nas linhas 3 e 4 (*"cinema"*), mas não aborda a democratização do acesso. Nas linhas 18 a 21, há três propostas de intervenção. As duas propostas mais desenvolvidas apresentam três elementos válidos, sendo que a primeira possui o **agente** (*"os autores"*), a **ação** (*"rever o que se é tratado no filme"*) e o **efeito** (*"para que não ocorra novos insidentes"*). A segunda proposta contém a **ação** (*"reajustar a faixa etária indicada"*) e compartilha com a primeira proposta o **agente** e o **efeito**. Há, ainda, uma outra proposta menos desenvolvida, apenas com a ação (*"as idades devem ser seguidas"*). Embora as duas propostas de intervenção mais desenvolvidas apresentem três elementos válidos, a redação deve ser avaliada no **nível 1**, porque **o texto é tangente**.

4.2.2. Elemento(s) nulo(s) ou um elemento válido

Se a proposta de intervenção se encontra em um texto que já apresenta abordagem completa do tema, devemos avaliá-la conforme sua construção a partir da variedade dos elementos que apresenta. Enquadra-se no **nível 1** dessa Competência a proposta de intervenção que apresenta **somente elemento(s) nulo(s) ou apenas 1 elemento válido**.

Exemplo 6



Hoje em dia é nítido a falta de estrutura em alguns estados brasileiros. A precariedade e principalmente a desigualdade no geral. Levando em consideração o crescente número de frequentadores ao cinema, temos também em contrapartida um número grande de pessoas que não tem acesso a nada, somente o básico.

Haja visto que sendo o Brasil o maior país da América do sul, com uma massa gigantesca, porém com renda mal distribuída fazendo com que muitas pessoas fiquem sem acesso a TV ou qualquer outro tipo de meio televisivo, sendo assim, a população de baixa renda em cidades mal estruturadas acabam por não ter contato com o tão falado e misterioso cinema. Pra quem desconhece o funcionamento passa a ser mágico uma tela gigante com a de um cinema. E é aí que a injustiça começa: como pode, em pleno século XXI, um ponto que está perto de bater a revelação de fato, ter um país onde grande parte da população não tem acesso ao cinema?! Como pode haver ainda hoje a desigualdade?! É uma vergonha se deparar com isso! Pra onde vai o dinheiro público?! Onde estão os investimentos diários para a população?! Até quando vai haver desigualdade?! Onde e quando o Brasil vai ser realmente um país democratizado?! Quando o Brasil vai ser um país justo?!

A falta de infraestrutura em alguns estados é vergonhoso e ainda com esse assunto continua sendo deixado de lado. A escola continua e vai continuar excelentando ao lado do mais fraco, enquanto outros "os fortes" seguem com coisas que não precisam, exibindo bens materiais a todo tempo e ainda não satisfeitos andam de nariz empinado.

O Brasil precisa de igualdade. Precisa de pessoas que usem o poder a favor do povo e não pra si próprio.

Igualdade já!

No *Exemplo 6*, o tema é abordado de forma completa, pois trata da democratização do acesso ao cinema nas linhas 3 e 4 ("*o crescente número de frequentadores ao cinema*"). Nas linhas 28 e 29, há duas propostas de intervenção de nível 1. A primeira proposta é constituída por uma **ação nula** ("*O Brasil precisa de igualdade*"). A segunda proposta apresenta um elemento válido, a **ação** ("*[O Brasil] Precisa de pessoas que usem o poder a favor do povo e não para si própria*"). Nessa redação, faltou explicitar o agente da ação, o seu modo/meio de execução, o efeito e algum detalhamento; por isso, ela deve ser avaliada no **nível 1**."

4.3 NÍVEL 2 (NOTA 80)

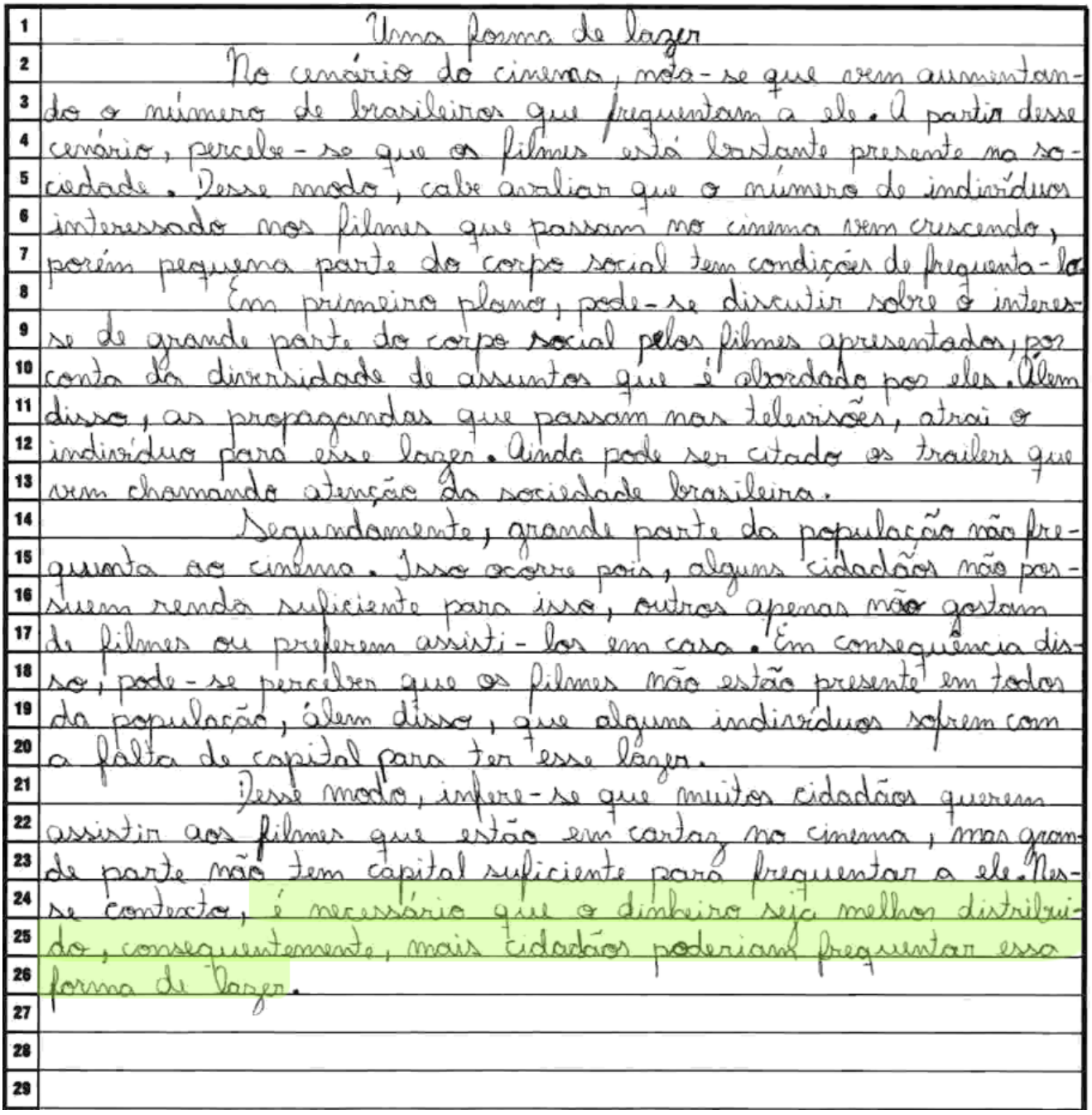
2	2 elementos válidos	Estruturas condicionais com 2 ou mais elementos válidos não devem ultrapassar este nível

A proposta de intervenção avaliada no **nível 2** é aquela que apresenta apenas **2 elementos válidos** ou que, apesar de apresentar 2 ou mais elementos válidos, é escrita **por meio de estruturas condicionais**.

4.3.1. Dois elementos válidos

Veja o exemplo a seguir:

Exemplo 7



Uma forma de lazer

No cenário do cinema, nota-se que vem aumentando o número de brasileiros que frequentam a ele. A partir desse cenário, percebe-se que os filmes está bastante presente na sociedade. Desse modo, cabe avaliar que o número de indivíduos interessado nos filmes que passam no cinema vem crescendo, porém pequena parte do corpo social tem condições de frequenta-lo.

Em primeiro plano, pode-se discutir sobre o interesse de grande parte do corpo social pelos filmes apresentados, por conta da diversidade de assuntos que é abordado por eles. Além disso, as propagandas que passam nas televisões, atrai o indivíduo para esse lazer. Ainda pode ser citado os trailers que vem chamando atenção da sociedade brasileira.

Segundamente, grande parte da população não frequenta ao cinema. Isso ocorre pois, alguns cidadãos não possuem renda suficiente para isso, outros apenas não gostam de filmes ou preferem assisti-los em casa. Em consequência disso, pode-se perceber que os filmes não estão presente em todos da população, ólem disso, que alguns indivíduos sofrem com a falta de capital para ter esse lazer.

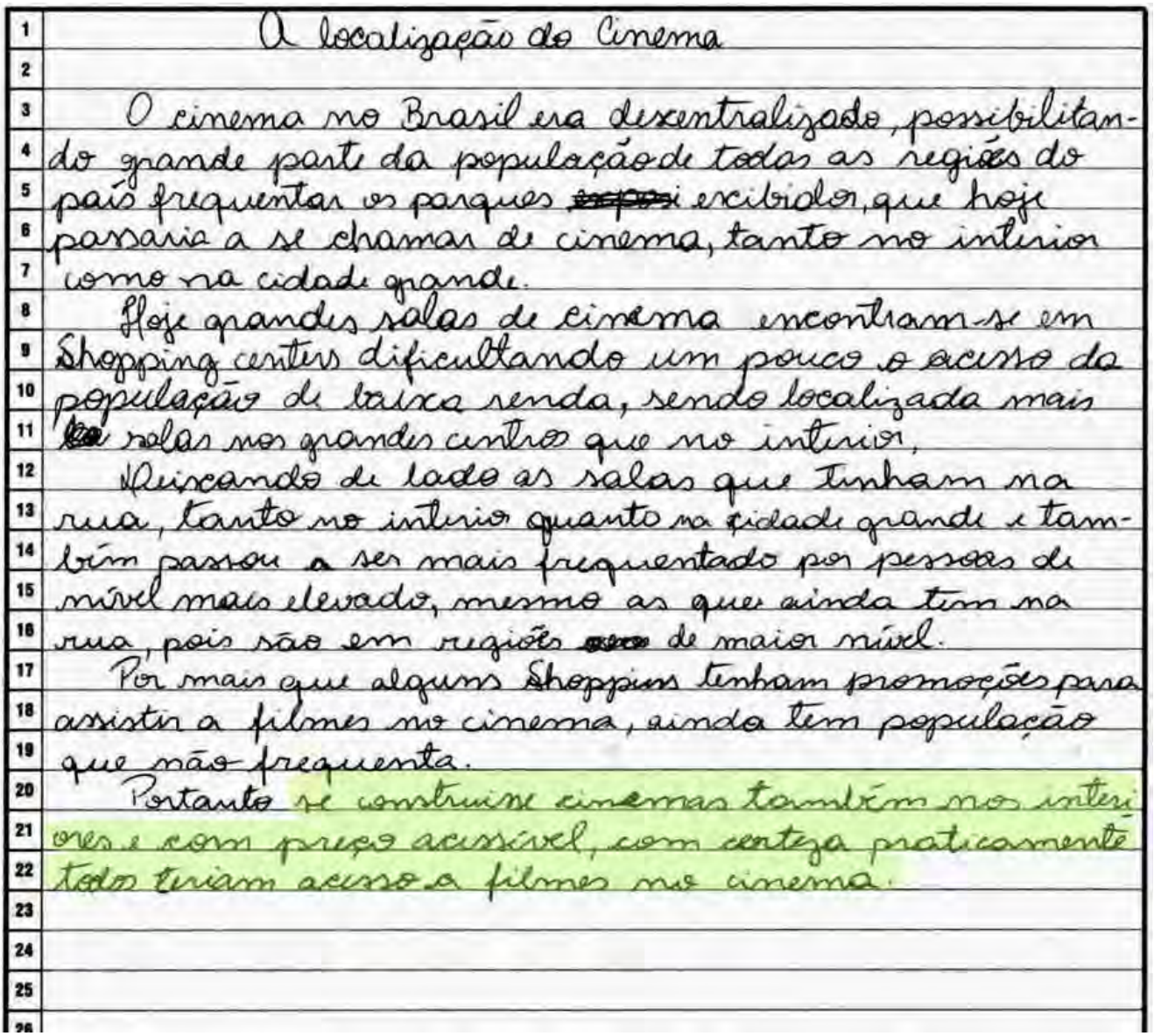
Desse modo, infere-se que muitos cidadãos querem assistir aos filmes que estão em cartaz no cinema, mas grande parte não tem capital suficiente para frequentar a ele. Nesse contexto, é necessário que o dinheiro seja melhor distribuído, consequentemente, mais cidadãos poderiam frequentar essa forma de lazer.

O *Exemplo 7* apresenta abordagem completa do tema, pois, nas linhas 2 e 3, há menção à democratização do acesso ao cinema (*"No cenário do cinema, nota-se que vem aumentando o número de brasileiros que frequentam a ele"*). Quanto à proposta de intervenção, nas linhas 24 a 26, temos a **ação** (*"é necessário que o dinheiro seja melhor distribuído"*), e o **efeito** (*"consequentemente, mais cidadãos poderiam frequentar essa forma de lazer."*). Na proposta desse texto, faltou especificar o agente e o modo/meio de execução da ação; além disso, não há detalhamento de nenhum dos elementos, de forma que, a essa redação, foi atribuído o **nível 2**.

4.3.2. Caso Especial: orações condicionais

A proposta de intervenção construída a partir de uma **oração condicional** deve **ter sua nota limitada ao nível 2**. Dessa forma, ainda que apresente mais de 2 elementos válidos, essa proposta não pode ultrapassar esse nível. Vale destacar que, se tal proposta atender apenas às condições de nível 1, deve, então, receber a nota correspondente e, se desrespeitar os direitos humanos ou não for sequer relacionada ao assunto, deve ser avaliada no nível 0.

Exemplo 8



A localização do Cinema

O cinema no Brasil era descentralizado, possibilitando grande parte da população de todas as regiões do país frequentar os parques ~~exibi~~ exibidor, que hoje passaria a se chamar de cinema, tanto no interior como na cidade grande.

Hoje grandes salas de cinema encontram-se em Shopping centers dificultando um pouco o acesso da população de baixa renda, sendo localizada mais ~~as~~ salas nos grandes centros que no interior.

Deixando de lado as salas que tinham na rua, tanto no interio quanto na cidade grande e também passou a ser mais frequentado por pessoas de nível mais elevado, mesmo as que ainda tem na rua, pois são em regiões ~~de~~ de maior nível.

Por mais que alguns Shoppins tenham promoções para assistir a filmes no cinema, ainda tem população que não frequenta.

Portanto se construisse cinemas também nos interiores e com preço acessível, com certeza praticamente todos teriam acesso a filmes no cinema.

O *Exemplo 8* aborda o tema de forma completa, mencionando cinema na linha 3 ("*cinema*") e a democratização do acesso nas linhas 20 e 21 ("*construisse cinemas também nos interiores e com preço acessível*"). Há uma única proposta de intervenção no último parágrafo, mas escrita em **estrutura condicional**. Desse modo, nas linhas 20 a 22, apesar de a proposta apresentar mais de 2 elementos válidos – a ação ("*se construisse cinemas[...] com preço acessível*"), o detalhamento da ação ("*nos interiores*"), e o efeito ("*com certeza praticamente todos teriam acesso a filmes no cinema*") –, o texto deve ser avaliado no **nível 2**."

IMPORTANTE!

Para efeito de uniformização, são consideradas propostas construídas a partir de orações condicionais aquelas que expressam, indubitavelmente, uma condição, por meio das orações subordinadas adverbiais condicionais desenvolvidas, com as conjunções próprias ("se", "caso", "desde que" etc.).

As estruturas reduzidas de gerúndio que possam se referir a uma oração condicional não serão avaliadas como tal, justamente pela classificação múltipla desse tipo de estrutura, que dá margem a outras interpretações. Por exemplo: a proposta *"Levando telões a áreas rurais, será garantido o acesso a quem não tem"* deverá ser avaliada normalmente.

Além dessas construções, vale lembrar que apenas o uso de verbos no futuro do pretérito do indicativo não é suficiente para configurar o que consideramos uma estrutura condicional. Por exemplo, a proposta *"As escolas deveriam promover sessões de cinema nos finais de semana"* deverá ser avaliada normalmente.

É preciso ficarmos atentos também ao fato de que não são todas as orações condicionais que apresentam uma proposta de intervenção. Para que seja efetivamente uma proposta interventiva, é preciso que ela expresse **o claro desejo do participante de sugerir algo para enfrentar o problema abordado pelo tema**. Isso não acontece, por exemplo, em orações condicionais que se referem a situações do passado: *"Se o Ministério da Infraestrutura tivesse investido mais na construção de cinema em shoppings nas periferias, o acesso da população de baixa renda seria facilitado"*.

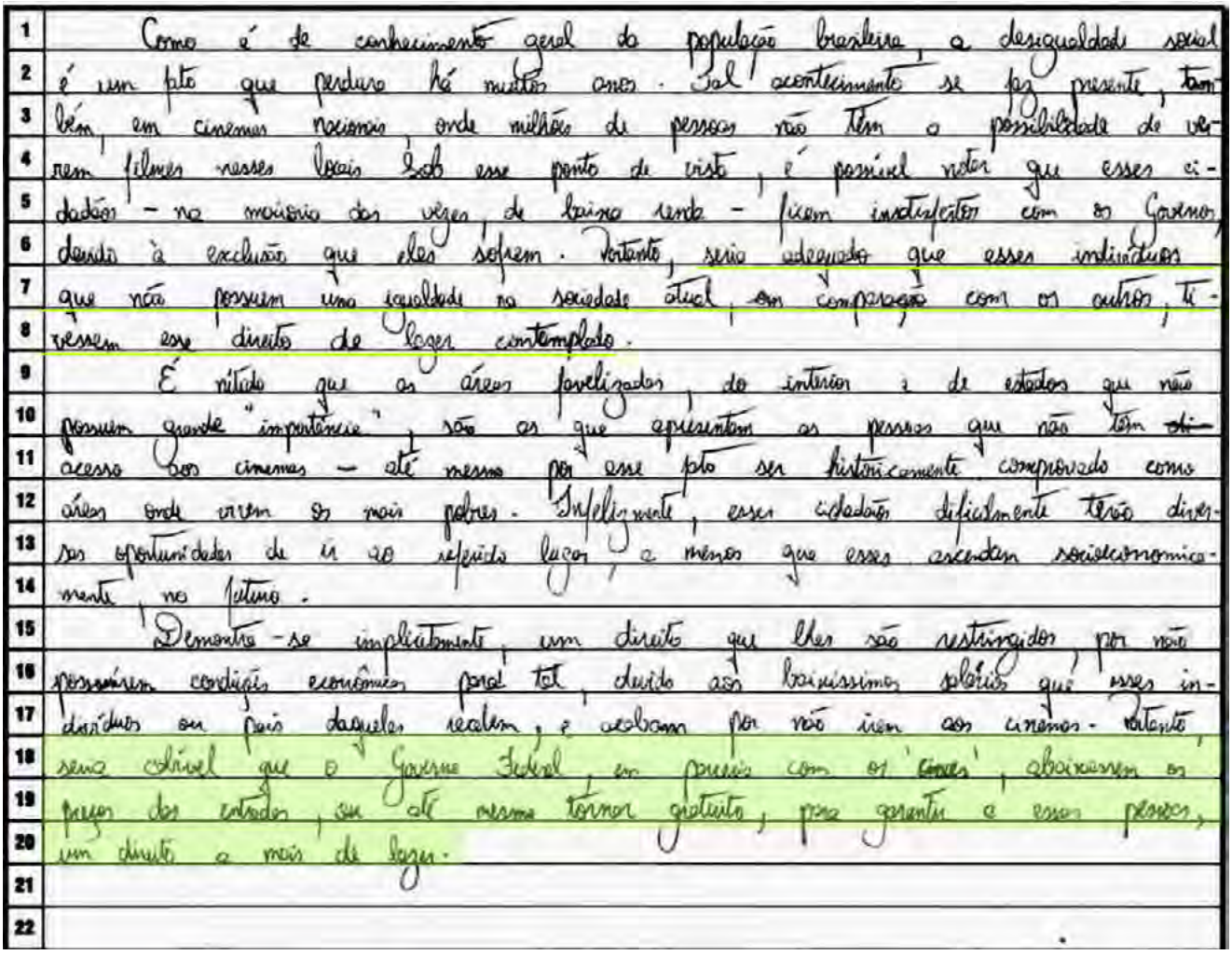
4.4. NÍVEL 3 (NOTA 120)

3	3 elementos válidos

A proposta de intervenção avaliada no **nível 3** é aquela que apresenta apenas **3 elementos válidos**.

Veja os exemplos:

Exemplo 9



Como é de conhecimento geral da população brasileira, a desigualdade social é um fato que perdura há muitos anos. Tal acontecimento se faz presente, também, em cinemas nacionais, onde milhões de pessoas não têm a possibilidade de verem filmes nesses locais. Sob esse ponto de vista, é possível notar que esses cidadãos - na maioria das vezes, de baixa renda - ficam insatisfeitos com os Governos, devido à exclusão que eles sofrem. Portanto, seria adequado que esses indivíduos que não possuem uma igualdade na sociedade atual, em comparação com os outros, tivessem esse direito de lazer contemplado.

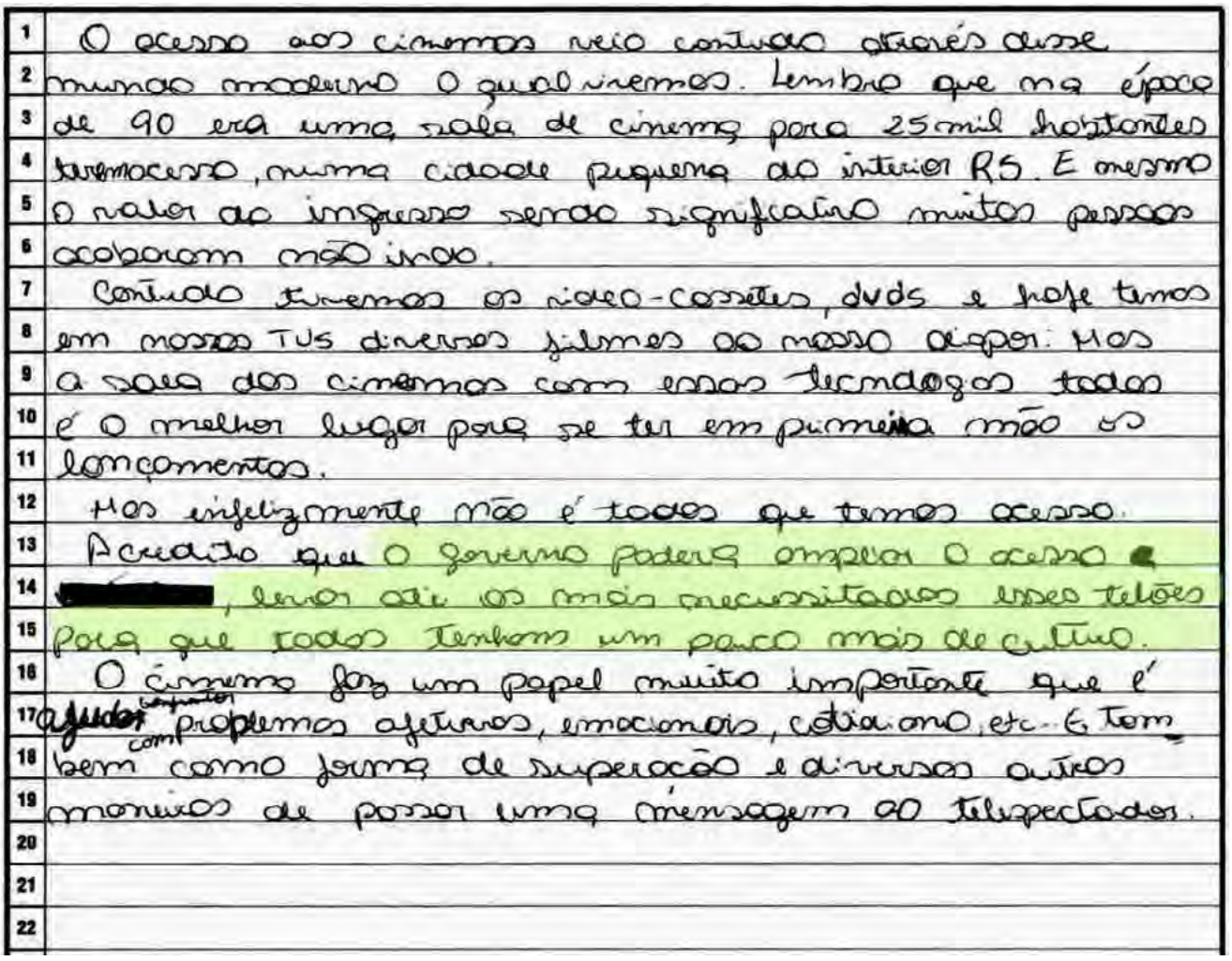
É nítido que as áreas favelizadas, do interior e de estados que não possuem grande "importância", são as que apresentam as pessoas que não têm acesso aos cinemas - até mesmo por esse fato ser historicamente comprovado como áreas onde vivem os mais pobres. Infelizmente, esses cidadãos dificilmente terão diversas oportunidades de ir ao referido lugar, a menos que esses ascendam socioeconomicamente, no futuro.

Demonstra-se implicitamente, um direito que lhes são restringidos por não possuírem condições econômicas para tal, devido aos baixíssimos salários que esses indivíduos ou pais daqueles recebem, e acabam por não irem aos cinemas. Portanto, seria cabível que o Governo Federal, em parceria com os 'cines', abaixassem os preços dos ingressos, ou até mesmo tornar gratuito, para garantir a esses pessoas, um direito a mais de lazer.

O *Exemplo 9* aborda o tema de forma completa, pois o participante menciona o cinema na linha 3 ("*cinemas*") e trata da democratização do acesso ao cinema nas linhas 6 a 8 ("*seria adequado que esses indivíduos que não possuem uma igualdade na sociedade atual, em comparação com os outros, tivessem esse direito de lazer contemplado.*"). A proposta de intervenção, entre as linhas 18 e 20, é constituída pelo **agente** ("*o Governo Federal, em parceira com os 'cines'*"), pela **ação** ("*abai-*

xassem os preços das entradas") e pelo **efeito** ("*para garantir a essas pessoas, um direito a mais de lazer*"). Há ainda outra proposta com ação ("*tornar gratuito*"), que compartilha o agente ("*o Governo Federal, em parceira com os 'cines'*") e o efeito ("*para garantir a essas pessoas, um direito a mais de lazer*") com a proposta anterior. Há também uma proposta menos desenvolvida nas linhas 06 a 08, com apenas ação ("*seria adequado que esses indivíduos que não possuem uma igualdade na sociedade atual, em comparação com os outros, tivessem esse direito de lazer contemplado*"). Na proposta mais completa desse texto, faltou especificar o modo/meio de execução da ação e o detalhamento de um dos elementos, de forma que a essa redação foi atribuído o **nível 3**.

Exemplo 10



O acesso aos cinemas veio contudo através desse
meios modernos o qual vivemos. Lembro que na época
de 90 era uma sala de cinema para 25 mil habitantes
termoacesso, numa cidade pequena do interior RS. E mesmo
o valor do ingresso sendo significativo muitas pessoas
acabavam não indo.
Contudo tivemos os video-cassetes, dvds e hoje temos
em nossos TVs diversos filmes ao nosso dispor. Mas
a sala dos cinemas com esses tecnologias todas
é o melhor lugar para se ter em primeira mão os
lançamentos.
Mas infelizmente não é todos que temos acesso.
Acredito que o governo poderia ampliar o acesso a
[redacted], levar ali os mais necessitados esses telões
para que todos tenham um pouco mais de cultura.
O cinema faz um papel muito importante que é
ajudar (compartilhar) com problemas afetivos, emocionais, cotidianos, etc. E tam-
bem como forma de superação e diversos outros
motivos de passar uma mensagem ao telespectadores.

O *Exemplo 10* aborda o tema de forma completa, pois o participante trata do cinema na linha 1 ("*cinemas*") e da democratização do acesso na linha 13 ("*ampliar o acesso*"). A proposta de intervenção, entre as linhas 13 e 15, é constituída pelo **agente** ("*o governo*"), pela **ação** ("*poderia ampliar o acesso*") e pelo **efeito** ("*para que todos tenham um pouco mais de cultura*"). Há ainda outra proposta de

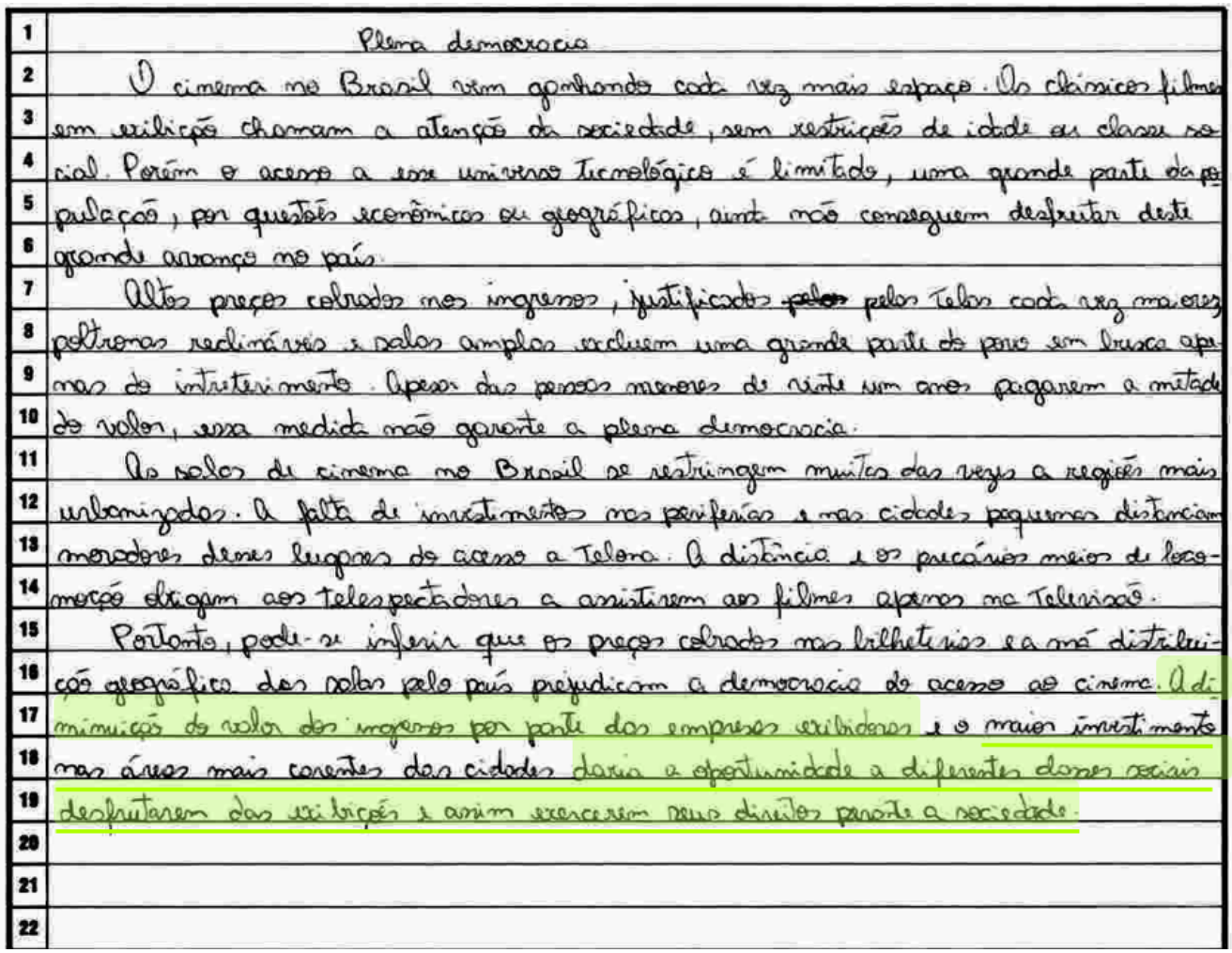
mesmo nível, com o agente (“*o governo*”), que é compartilhado com a primeira proposta, a ação (“*levar até os mais necessitados esses telões*”) e o efeito (“*para que todos tenham um pouco mais de cultura*”), também compartilhado com a primeira proposta. Nas propostas desse texto, faltou especificar o modo/meio de execução da ação e o detalhamento de um dos elementos, de forma que a essa redação foi atribuído o **nível 3** na Competência V.

4.5. NÍVEL 4 (NOTA 160)

4	4 elementos válidos

A proposta de intervenção avaliada no **nível 4** é aquela que apresenta **4 elementos válidos**.

Exemplo 11



Plena democracia

O cinema no Brasil vem ganhando cada vez mais espaço. Os clássicos filmes em exibição chamam a atenção da sociedade, sem restrições de idade ou classe social. Porém o acesso a esse universo tecnológico é limitado, uma grande parte da população, por questões econômicas ou geográficas, ainda não conseguem desfrutar deste grande avanço no país.

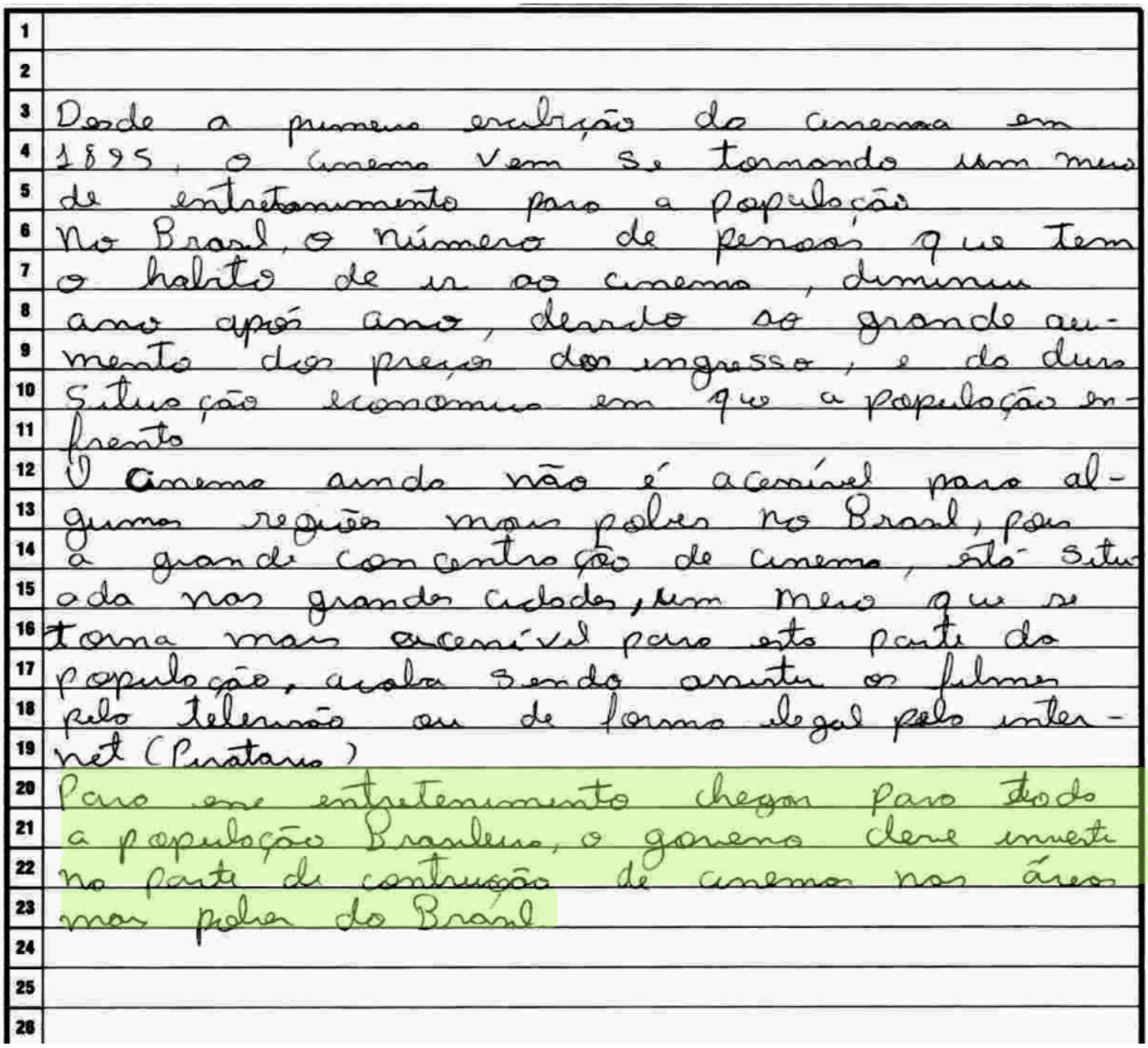
Altos preços cobrados nos ingressos, justificados ~~pelos~~ pelos Telões cada vez maiores, poltronas reclináveis e salas amplas excluem uma grande parte do povo em busca apenas de entretenimento. Apesar das pessoas menores de vinte um anos pagarem a metade do valor, essa medida não garante a plena democracia.

As salas de cinema no Brasil se restringem muitas das vezes a regiões mais urbanizadas. A falta de investimentos nas periferias e nas cidades pequenas distanciam moradores desses lugares do acesso a Telona. A distância e os precários meios de locomoção obrigam aos Telespectadores a assistirem aos filmes apenas na Televisão.

Portanto, pode-se inferir que os preços cobrados nas bilheterias e a má distribuição geográfica das salas pelo país prejudicam a democracia de acesso ao cinema. A diminuição do valor dos ingressos por parte das empresas exibidoras e o maior investimento nas áreas mais carentes das cidades daria a oportunidade a diferentes classes sociais desfrutarem das exibições e assim exercerem seus direitos perante a sociedade.

A redação do *Exemplo 11* apresenta abordagem completa do tema, porque o participante trata da democratização do cinema na linha 2 (*"o cinema no Brasil vem ganhando cada vez mais espaço"*). Além disso, há uma proposta que se enquadra no **nível 4**, porque apresenta **4 elementos válidos**. Entre as linhas 16 e 19, temos a **ação** (*"diminuição do valor dos ingressos"*), o **agente** (*"parte das empresas exibidoras"*), o **efeito** (*"daria a oportunidade a diferentes classes sociais desfrutarem das exibições"*) e **o detalhamento do efeito** (*"e assim exercerem seus direitos perante a sociedade"*). Há, ainda, uma outra proposta, com ação (*"maior investimento"*) e detalhamento da ação (*"nas áreas mais carentes da cidade"*), que compartilha o efeito (*"daria a oportunidade a diferentes classes sociais desfrutarem das exibições"*) e o detalhamento do efeito (*"e assim exercerem seus direitos perante a sociedade"*) com a proposta anterior. Como se trata de uma proposta menos completa, uma vez que os dois detalhamentos são contabilizados como um único elemento, a segunda proposta não deve ser considerada. Na proposta mais completa desse texto, faltou especificar o modo/meio; por isso, ele foi avaliado no **nível 4**.

Exemplo 12



Desde a primeira exibição do cinema em 1895, o Cinema vem se tornando um meio de entretenimento para a população No Brasil, o número de pessoas que tem o habito de ir ao cinema, diminui ano após ano, devido ao grande aumento dos preços dos ingresso, e da dura situação economica em que a população enfrento

O Cinema ainda não é acessível para algumas regiões mas pobres no Brasil, pois a grande concentração de cinema, está situada nos grandes cidades, um meio que se torna mas acessível para esta parte da população, acaba sendo assistir os filmes pelo televisão ou de forma ilegal pelo internet (Pirataria)

Para esse entretenimento chegar para toda a população Brasileira, o governo deve investir na parte de contrução de cinema nas áreas mas pobre do Brasil

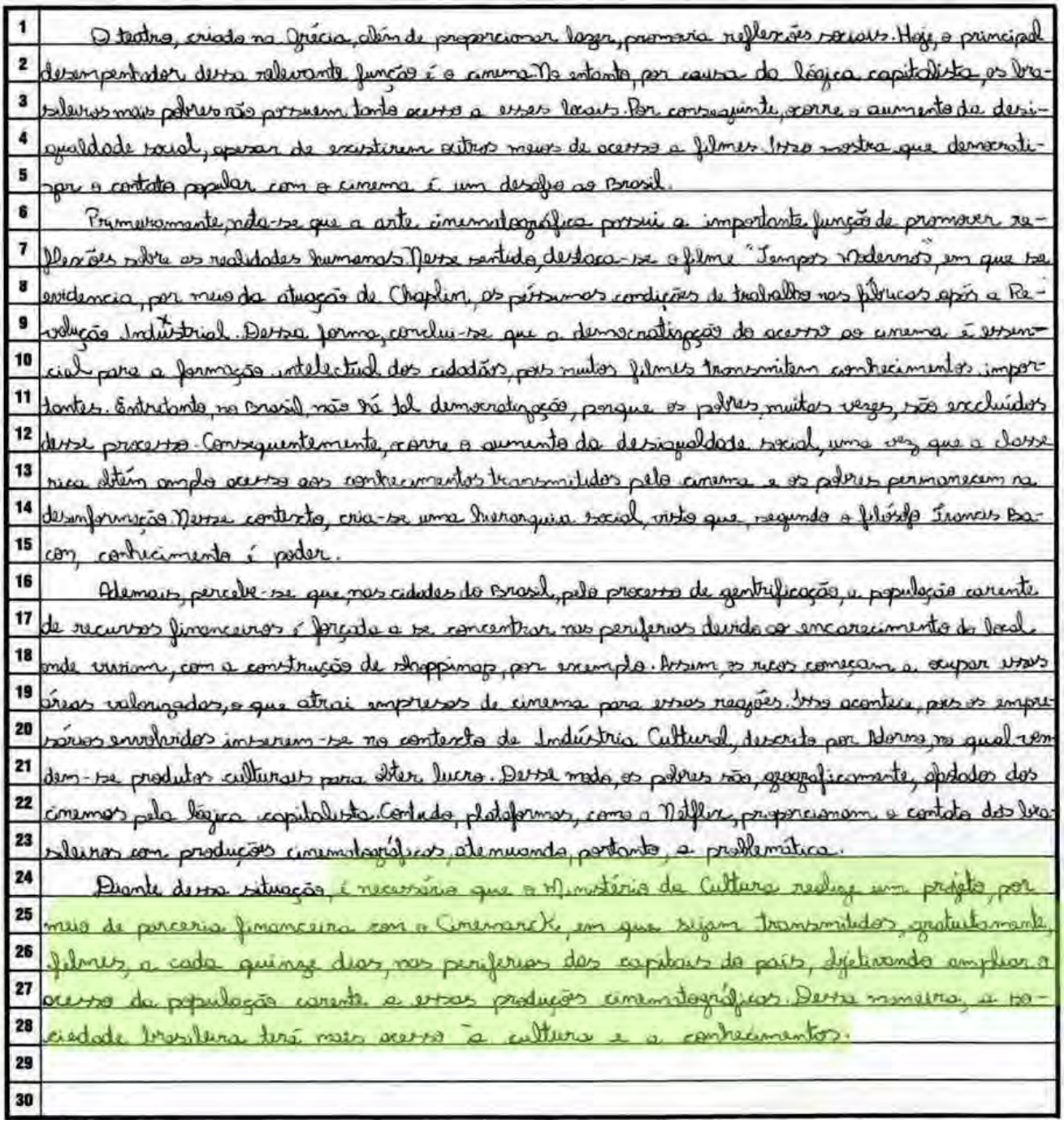
A redação do *Exemplo 12* apresenta abordagem completa do tema, porque o participante trata do cinema na linha 4 (“*cinema*”) e da democratização nas linhas 21 e 22 (“*investir na parte de contrução de cinemas*”). A proposta de intervenção, entre as linhas 20 e 23, apresenta **4 elementos válidos**: o **efeito** (“*Para esse entretenimento chegar para toda a população Brasileira*”), o **agente** (*“o governo*”), a **ação** (“*deve investir na parte de contrução de cinemas*”) e o **detalhamento da ação** (“*nas áreas mas pobres do Brasil*”). Na proposta desse texto faltou especificar o modo/meio de execução da ação e, por isso, essa redação foi avaliada no **nível 4** da Competência V.

4.6. NÍVEL 5 (NOTA 200)

5	5 elementos válidos

A proposta de intervenção avaliada no **nível 5** é aquela que apresenta **5 elementos válidos**. Veja os exemplos a seguir.

Exemplo 13



O teatro, criado na Grécia, além de proporcionar lazer, promovia reflexões sociais. Hoje, o principal desempenhador dessa relevante função é o cinema. No entanto, por causa da lógica capitalista, os brasileiros mais pobres não possuem tanto acesso a esses locais. Por conseguinte, ocorre o aumento da desigualdade social, apesar de existirem outros meios de acesso a filmes. Isso mostra que democratizar o contato popular com o cinema é um desafio ao Brasil.

Primeiramente, nota-se que a arte cinematográfica possui a importante função de promover reflexões sobre as realidades humanas. Nesse sentido, destaca-se o filme "Tempos Modernos", em que se evidencia, por meio da atuação de Chaplin, as péssimas condições de trabalho nas fábricas após a Revolução Industrial. Dessa forma, conclui-se que a democratização do acesso ao cinema é essencial para a formação intelectual dos cidadãos, pois muitos filmes transmitem conhecimentos importantes. Entretanto, no Brasil, não há tal democratização, porque os pobres, muitas vezes, são excluídos desse processo. Consequentemente, ocorre o aumento da desigualdade social, uma vez que a classe rica obtém amplo acesso aos conhecimentos transmitidos pelo cinema e os pobres permanecem na desinformação. Nesse contexto, cria-se uma hierarquia social, visto que, segundo o filósofo Francis Bacon, conhecimento é poder.

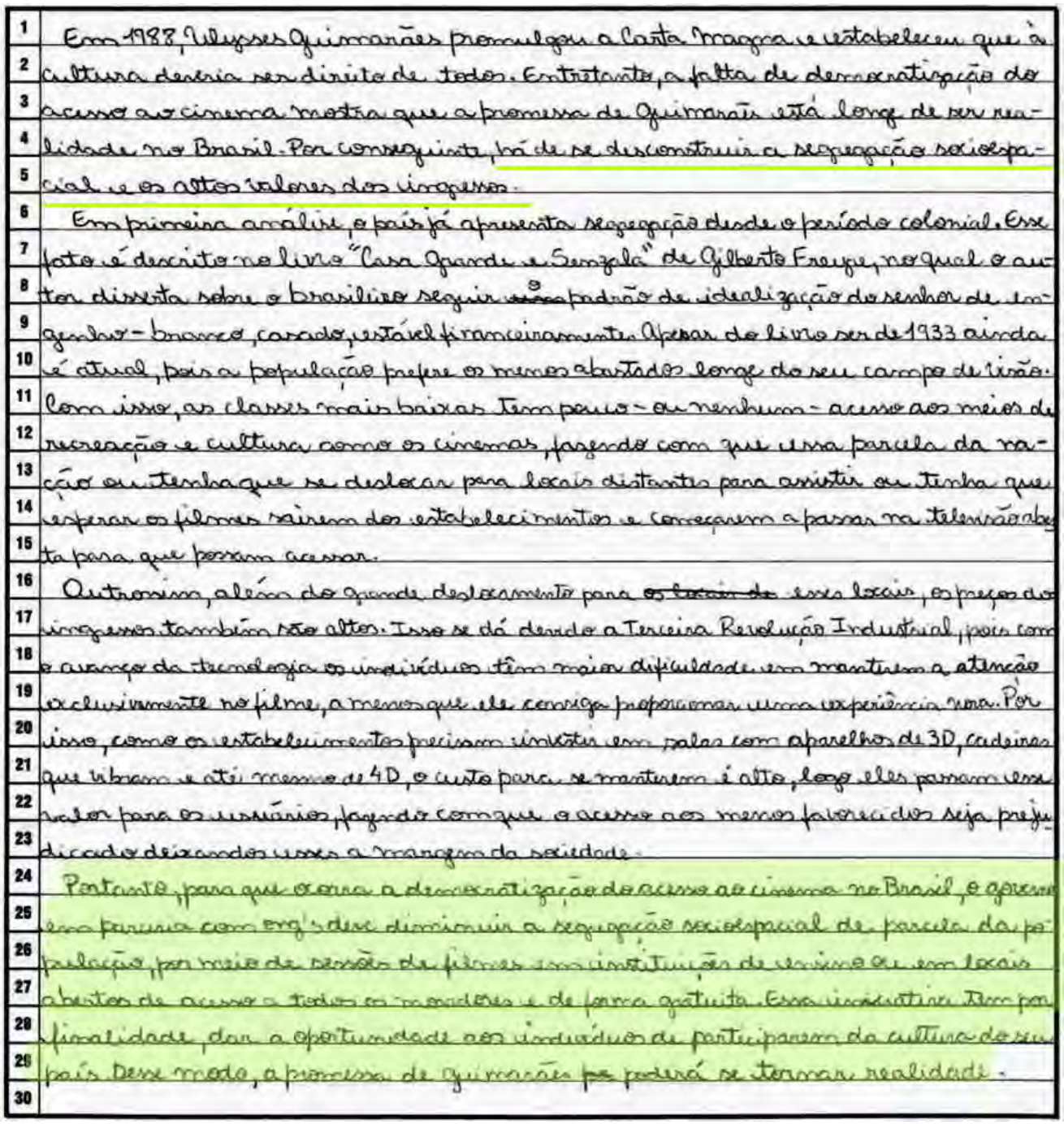
Ademais, percebe-se que, nas cidades do Brasil, pelo processo de gentrificação, a população carente de recursos financeiros é forçada a se concentrar nas periferias devido ao encarecimento do local onde viviam, com a construção de shoppings, por exemplo. Assim, os ricos começam a ocupar essas áreas valorizadas, o que atrai empresas de cinema para essas regiões. Isso acontece, pois os empresários envolvidos inserem-se no contexto de Indústria Cultural, descrito por Adorno, no qual vendem-se produtos culturais para obter lucro. Desse modo, os pobres são, geograficamente, afastados dos cinemas pela lógica capitalista. Contudo, plataformas, como a Netflix, proporcionam o contato dos brasileiros com produções cinematográficas, atenuando, portanto, a problemática.

Diante dessa situação, é necessário que o Ministério da Cultura realize um projeto, por meio de parceria financeira com o Cinemarck, em que sejam transmitidos, gratuitamente, filmes, a cada quinze dias, nas periferias das capitais do país, objetivando ampliar o acesso da população carente a essas produções cinematográficas. Dessa maneira, a sociedade brasileira terá mais acesso à cultura e a conhecimentos.

O *Exemplo 13* traz um texto que apresenta abordagem completa do tema, porque o participante menciona o cinema na linha 2 ("*cinema*") e a democratização nas linhas 4 e 5 ("*democratizar*"). Além disso, a redação traz uma proposta de interven-

ção entre as linhas 24 e 28. A redação enquadra-se no **nível 5**, pois apresenta os **5 elementos válidos**: o **agente** ("*Ministério da Cultura*"), a **ação** ("*realize um projeto [...] em que sejam transmitidos, gratuitamente, filmes, a cada quinze dias*"), **o modo/meio** ("*por meio de parceria financeira com o Cinemarck*"), o **detalhamento da ação** ("*nas periferias das capitais do país*") e o **efeito** ("objetivando ampliar o acesso da população carente a essas produções cinematográficas"). Há, ainda, o detalhamento do efeito ("*Dessa maneira, a sociedade brasileira terá mais acesso à cultura e a conhecimentos*"), que não deve ser contabilizado, pois a proposta já apresentou outro detalhamento anteriormente.

Exemplo 14



Em 1988, Ulysses Guimarães promulgou a Carta Magna e estabeleceu que à cultura deveria ser direito de todos. Entretanto, a falta de democratização do acesso ao cinema mostra que a promessa de Guimarães está longe de ser realidade no Brasil. Por conseguinte, há de se desconstruir a segregação sociespacial e os altos valores dos ingressos.

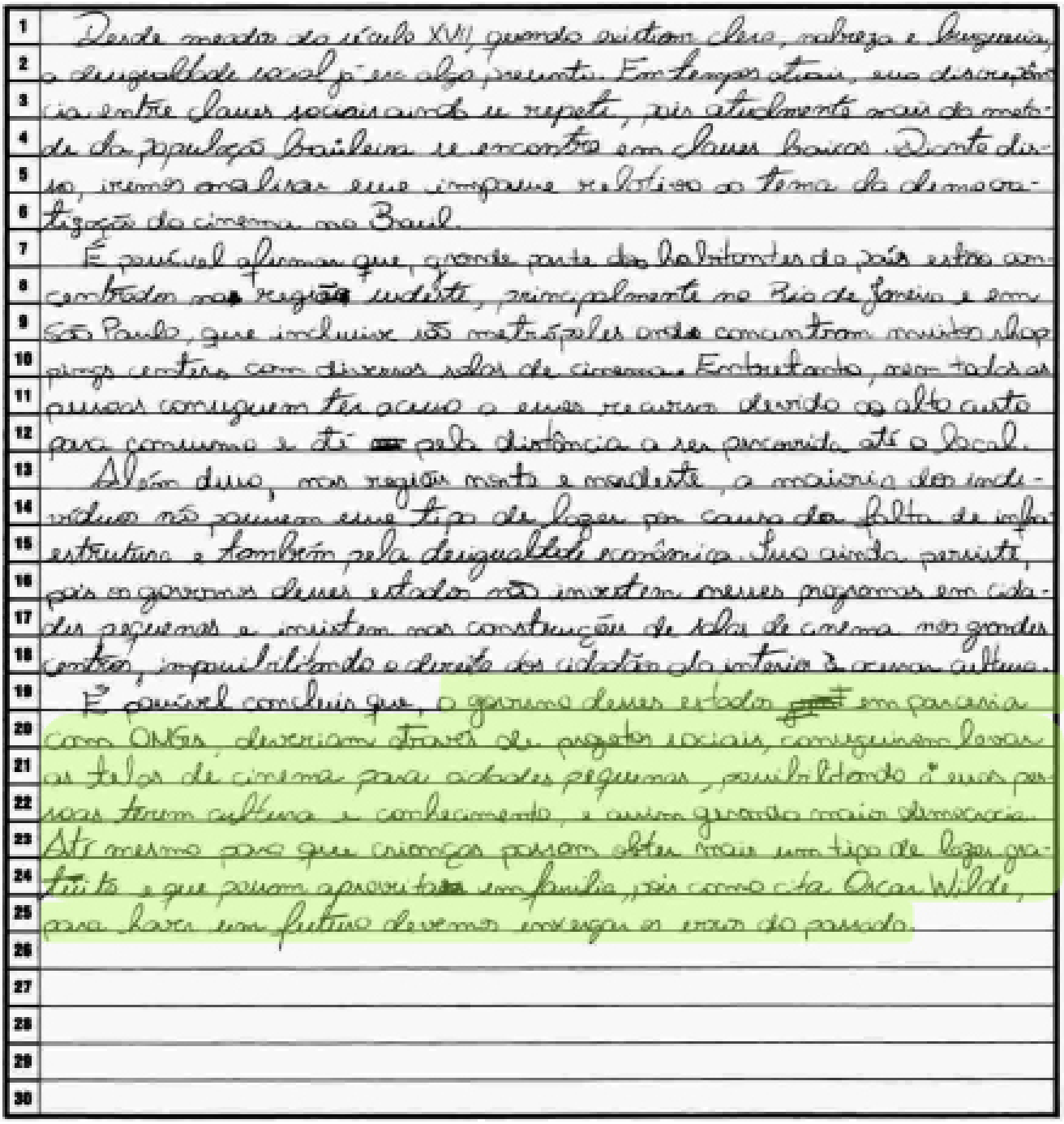
Em primeira análise, o país já apresenta segregação desde o período colonial. Esse fato é descrito no livro "Casa Grande e Senzala" de Gilberto Freyre, no qual o autor discorre sobre o brasileiro seguir ~~a~~ o padrão de idealização do senhor de engenho - branco, casado, estável financeiramente. Apesar do livro ser de 1933 ainda é atual, pois a população prefere os menos abastados longe do seu campo de visão. Com isso, as classes mais baixas tem pouco - ou nenhum - acesso aos meios de recreação e cultura como os cinemas, fazendo com que essa parcela da nação ou tenha que se deslocar para locais distantes para assistir ou tenha que esperar os filmes saírem dos estabelecimentos e começarem a passar na televisão aberta para que possam acessar.

Outrossim, além do grande deslocamento para ~~os locais~~ esses locais, os preços dos ingressos também não altos. Isso se dá desde a Terceira Revolução Industrial, pois com o avanço da tecnologia os indivíduos têm maior dificuldade em manterem a atenção exclusivamente no filme, a menos que ele consiga proporcionar uma experiência nova. Por isso, como os estabelecimentos precisam investir em salas com aparelhos de 3D, cadeiras que vibram e até mesmo de 4D, o custo para se manterem é alto, logo eles passam esse valor para os usuários, fazendo com que o acesso aos menos favorecidos seja prejudicado deixando esses a margem da sociedade.

Portanto, para que ocorra a democratização do acesso ao cinema no Brasil, o governo federal deve diminuir a segregação sociespacial de parcela da população, por meio de sessão de filmes em instituições de ensino ou em locais abertos de acesso a todos os moradores e de forma gratuita. Essa iniciativa tem por finalidade dar a oportunidade aos indivíduos de participarem da cultura de seu país. Dessa modo, a promessa de Guimarães poderá se tornar realidade.

O *Exemplo 14* apresenta abordagem completa do tema, porque o participante trata da democratização do acesso ao cinema nas linhas 2 e 3 ("*democratização do acesso ao cinema*"). Além disso, a redação traz uma proposta de intervenção, entre as linhas 24 e 29, com os **5 elementos válidos**: o **efeito** ("*para que ocorra a democratização do acesso ao cinema no Brasil*"), o **agente** ("*o governo em parceria com ong's*"), a **ação** ("*deve diminuir a segregação socioespacial de parcela da população*"), o **modo/meio** ("*por meio de sessões de filmes [...]*") e o **detalhamento do modo/meio** ("*em instituições de ensino ou em locais abertos de acesso a todos os moradores e de forma gratuita*"). Há, ainda, dois detalhamentos do efeitos ("*Essa iniciativa tem por finalidade, dar a oportunidade aos indivíduos de participarem da cultura do seu país*"; "*Desse modo, a promessa de Guimarães poderá se tornar realidade*"), que não devem ser contabilizados, pois a proposta já apresentou um detalhamento anteriormente. Há ainda, entre as linhas 4 e 5, uma proposta menos desenvolvida, apenas com a ação ("*Há de se desconstruir a segregação socioespacial e os altos valores dos ingressos*"). Portanto, como a proposta mais desenvolvida apresenta os 5 elementos válidos, esse exemplo enquadra-se no **nível 5** da Competência V.

Exemplo 15



Desde meados do século XVII, quando existiam classe, nobreza e burguesia, a desigualdade social já era algo presente. Em tempos atuais, essa discrepância entre classes sociais ainda se repete, pois atualmente cerca da metade da população brasileira se encontra em classes baixas. Diante disso, iremos analisar esse impasse relativo ao tema da democratização do cinema no Brasil.

É possível afirmar que, grande parte dos habitantes do país estão concentrados na região sudeste, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, que incluem as metrópoles onde concentram muitos shoppings centers com diversas salas de cinemas. Entretanto, nem todas as pessoas conseguem ter acesso a essas salas devido ao alto custo para consumir e até pela distância a ser percorrida até o local.

Além disso, nas regiões norte e nordeste, a maioria dos indivíduos não possuem esse tipo de lazer por causa da falta de infraestrutura e também pela desigualdade econômica. Isso ainda persiste, pois os governos desses estados não investem nesses programas em cidades pequenas e insistem nas construções de salas de cinema nos grandes centros, impossibilitando o direito dos cidadãos do interior à essa cultura.

É possível concluir que, o governo desses estados em parceria com ONGs, deveriam através de projetos sociais, conseguirem levar as salas de cinema para cidades pequenas, possibilitando à essas pessoas terem cultura e conhecimento, e assim gerando mais democracia. Até mesmo para que crianças possam obter mais um tipo de lazer gratuito e que possam aproveitar em família, pois como cita Oscar Wilde, para haver um futuro devemos começar a errar do passado.

A redação do *Exemplo 15* apresenta abordagem completa do tema e foi avaliada em **níveis diferentes nas Competências III e V**. Na **Competência III**, a redação foi avaliada no **nível 3**, por apresentar um projeto de texto com algumas falhas e desenvolvimento de algumas informações, fatos e opiniões.

Há abordagem completa do tema, porque o participante trata da democratização do cinema nas linhas 5 e 6 (*"democratização do cinema no Brasil"*).

No primeiro parágrafo, o participante afirma que as desigualdades sociais já existiam desde o século XVII e que as discrepâncias entre as classes sociais são evidentes no Brasil atual, para, depois, introduzir o tema da prova; na sequência, ele descreve como o Sudeste é a região que tem mais cinemas, ao passo que, no Norte e no Nordeste, o

acesso a esse tipo de lazer é escasso; por fim, apresenta uma proposta de intervenção para o problema da democratização do acesso ao cinema.

Um dos problemas dessa redação quanto ao projeto de texto e ao desenvolvimento das ideias, avaliados na Competência III, diz respeito ao pouco trabalho que o participante dedica à articulação entre sua argumentação e a proposta de intervenção. O participante começa sua proposta em conexão com um dos argumentos apresentados: governos estatais e ONGs deveriam levar cinema às cidades pequenas. No entanto, a menção à importância do acesso ao cinema para as crianças (e suas famílias) é um elemento novo, que não foi desenvolvido ao longo de seu texto. Além disso, o participante traz uma frase de Oscar Wilde, porém não a desenvolve, nem a articula dentro do que propõe como solução. Para elaboração dessa proposta, ele poderia ter recuperado as questões econômicas (para além das geográficas) que dificultam a democratização, uma vez que apresenta essa ideia desde a introdução de seu texto.

Essas falhas da Competência III, que levaram o texto a ser avaliado no nível 3, não devem ser retomadas na avaliação da **Competência V**. Ao avaliar a proposta de intervenção para atribuir o nível na Competência V, devemos nos ater aos elementos que a compõem (ação, agente, modo/meio, efeito e detalhamento). Nessa Competência, a redação foi avaliada no **nível 5**, porque apresenta uma proposta de intervenção com **5 elementos válidos**. Entre as linhas 19 e 25, temos uma proposta com o **agente** (“O governo desses estados em parceria com as ONGs”), a **ação** (“deveriam (...) conseguirem levar as telas de cinema”) o **detalhamento da ação** (“para cidades pequenas”), o **modo/meio** (“através de projetos sociais”), o **efeito** (“possibilitando a essas pessoas terem cultura e conhecimento”). Há, ainda, três detalhamentos do efeito (“e assim gerando maior democracia”; “Até mesmo para que crianças possam obter um tipo de lazer gratuito”; e “que possam aproveitar em família, pois como cita Oscar Wilde, para haver um futuro, devemos enxergar os erros do passado”), que não devem ser contabilizados, pois a proposta já apresentou um detalhamento anteriormente.

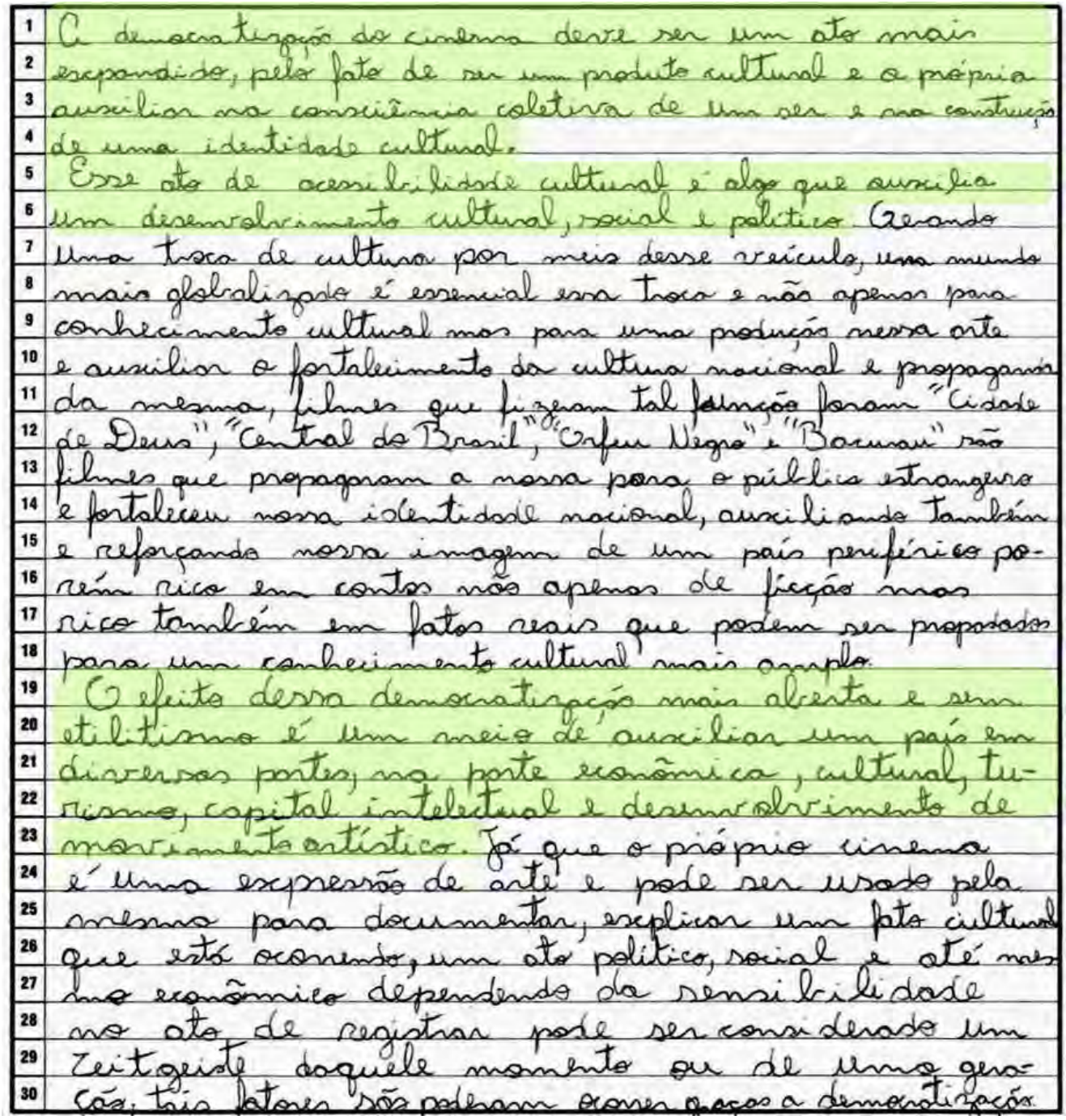
Com o *Exemplo 15*, fica claro que cada uma das duas competências considera a proposta de intervenção na avaliação de forma diferente. Na Competência III, a proposta deve ser avaliada como uma das partes que compõem o projeto de texto e deve-se verificar como ela se relaciona às demais informações apresentadas ao longo da redação; já na Competência V, ela deve ser avaliada por sua composição, ou seja, pela presença dos elementos que fazem parte de uma proposta de intervenção,

sem considerar a relação entre ela e o restante do texto.

5. PROPOSTA FORA DO PARÁGRAFO CONCLUSIVO

Como apontado anteriormente, é preciso atentar ao fato de que a proposta de intervenção nem sempre está localizada no parágrafo de conclusão. Ela pode fazer parte da argumentação ou da introdução, ou, ainda, estar "diluída" ao longo do texto. Propostas assim articuladas precisam ser avaliadas normalmente, para que nenhuma injustiça com os participantes seja cometida. Veja os exemplos a seguir:

Exemplo 16



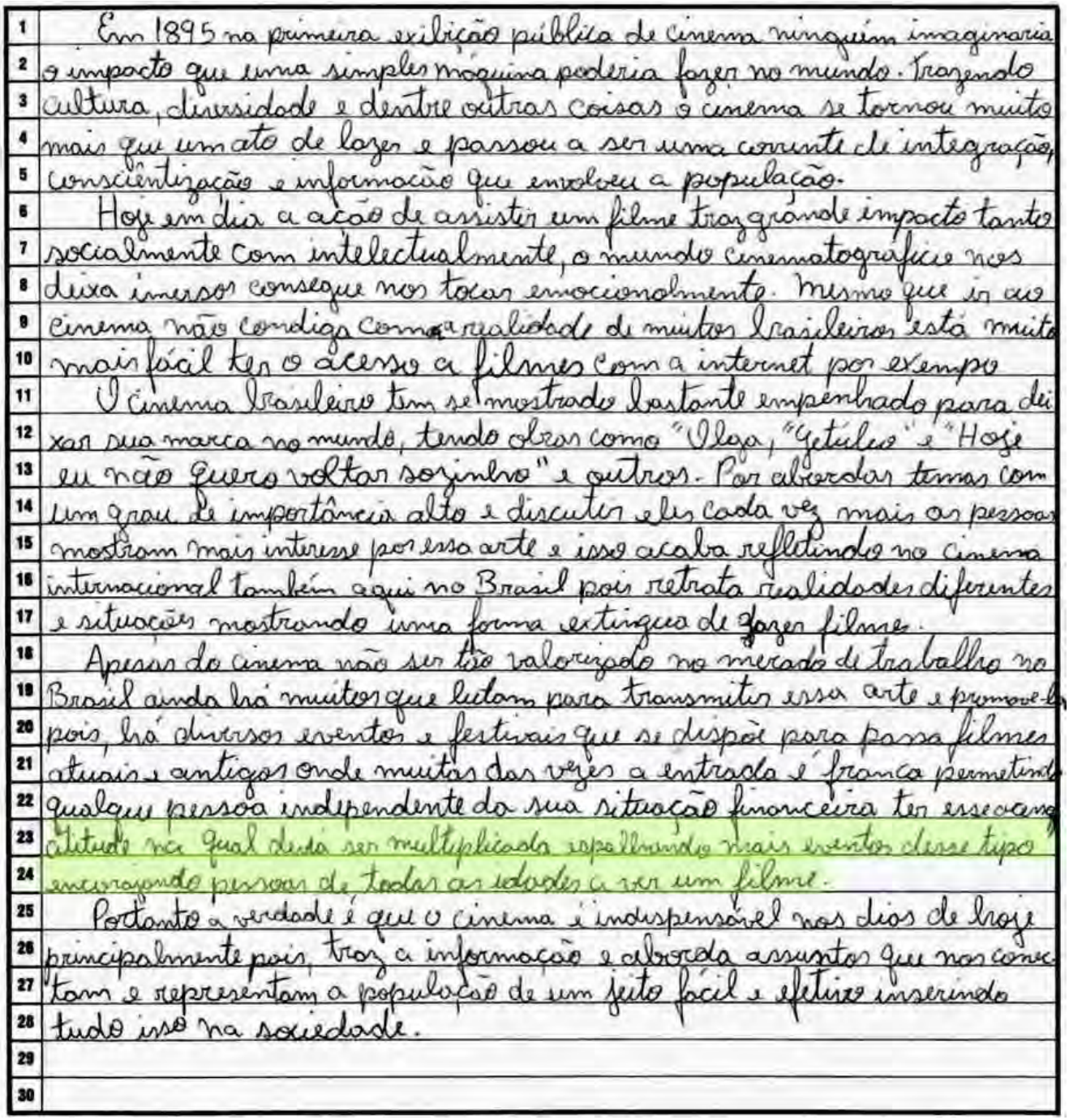
A democratização do cinema deve ser um ato mais expandido, pelo fato de ser um produto cultural e a própria auxilia na consciência coletiva de um ser e na construção de uma identidade cultural.

Esse ato de acessibilidade cultural é algo que auxilia um desenvolvimento cultural, social e político. Gerando uma troca de cultura por meio desse veículo, um mundo mais globalizado é essencial essa troca e não apenas para conhecimento cultural mas para uma produção nessa arte e auxilia o fortalecimento da cultura nacional e propaganda da mesma, filmes que fizeram tal função foram "Cidade de Deus", "Central do Brasil", "Orfeu Negro" e "Bacurau" são filmes que propagam a nossa para o público estrangeiro e fortalecem nossa identidade nacional, auxiliando também e reforçando nossa imagem de um país periférico porém rico em contos não apenas de ficção mas rico também em fatos reais que podem ser propostos para um conhecimento cultural mais amplo.

O efeito dessa democratização mais aberta e sem etilitismo é um meio de auxiliar um país em diversas partes, na parte econômica, cultural, turismo, capital intelectual e desenvolvimento de movimento artístico. Já que o próprio cinema é uma expressão de arte e pode ser usado pela mesma para documentar, explicar um fato cultural que está ocorrendo, um ato político, social e até mesmo econômico dependendo da sensibilidade no ato de registrar pode ser considerado um Zeitgeist daquele momento ou de uma geração, tais fatores não podemos deixar passar a democratização

O *Exemplo 16* apresenta abordagem completa do tema, porque o participante trata da democratização do cinema na linha 1 (*"a democratização do cinema"*). Além disso, a redação traz uma proposta de intervenção "diluída" ao longo do texto. A redação enquadra-se no nível 2, pois apresenta **2 elementos válidos**: nas linhas 1 e 2, temos uma **ação nula** (*"a democratização do cinema deve ser um ato mais expandido"*), que não deve ser contabilizada como elemento válido de proposta; entre as linhas 2 e 4, encontramos o **detalhamento da ação** (*"pelo fato de ser um produto cultural e o próprio auxiliar na consciência coletiva de um ser e na construção de uma identidade cultural"*) e, entre as linhas 19 e 23, o **efeito** (*"O efeito dessa democratização mais aberta e sem elitismo é um meio de auxiliar o país em diversas partes, na parte econômica, cultural, turismo, capital intelectual e desenvolvimento de movimento artístico"*). Ainda há outro detalhamento da ação (*"Esse ato de acessibilidade cultural é algo que auxilia um desenvolvimento cultural, social e político"*), mas que não deve ser contabilizado novamente.

Exemplo 17



Em 1895 na primeira exibição pública de cinema ninguém imaginaria o impacto que uma simples máquina poderia fazer no mundo. Trazendo cultura, diversidade e dentre outras coisas o cinema se tornou muito mais que um ato de lazer e passou a ser uma corrente de integração, conscientização e informação que envolveu a população.

Hoje em dia a ação de assistir um filme traz grande impacto tanto socialmente com intelectualmente, o mundo cinematográfico nos deixa imerso consegue nos tocar emocionalmente. Mesmo que o cinema não condiga com a realidade de muitos brasileiros está muito mais fácil ter o acesso a filmes com a internet por exemplo

O cinema brasileiro tem se mostrado bastante empenhado para deixar sua marca no mundo, tendo obras como "Olga, "Getúlio" e "Hoje eu não quero voltar sozinho" e outros. Por abordar temas com um grau de importância alto e discutir eles cada vez mais as pessoas mostram mais interesse por essa arte e isso acaba refletindo no cinema internacional também aqui no Brasil pois retrata realidades diferentes e situações mostrando uma forma extinguo de fazer filmes.

Apesar do cinema não ser tão valorizado no mercado de trabalho no Brasil ainda há muitos que lutam para transmitir essa arte e promovê-la pois, há diversos eventos e festivais que se dispõe para passa filmes atuais e antigos onde muitas das vezes a entrada é franca permitindo qualquer pessoa independente da sua situação financeira ter esse acesso atitude na qual devia ser multiplicada espalhando mais eventos desse tipo encorajando pessoas de todas as idades a ver um filme.

Portanto a verdade é que o cinema é indispensável nos dias de hoje principalmente pois, traz a informação e aborda assuntos que nos cons-tam e representam a população de um jeito fácil e efetivo inserindo tudo isso na sociedade.

O *Exemplo 17* apresenta abordagem completa do tema, porque o participante menciona o cinema na linha 1 ("*cinema*") e trata da democratização entre as linhas 9 e 10 ("*está muito mais fácil ter o acesso a filmes*"). Além disso, a redação traz uma única proposta de intervenção que está fora do parágrafo conclusivo, entre as linhas 23 e 24. Essa proposta apresenta **3 elementos válidos**: a **ação** ("*atitude na qual devia ser multiplicada*"), o **modo/meio** ("*espalhando mais eventos desse tipo*") e o **efeito** ("*encorajando pessoas de todas as idades a ver um filme*"). Na proposta desse texto, faltou especificar o agente de execução da ação e o detalhamento de um dos elementos, de forma que a essa redação foi atribuído o **nível 3** da Competência V.

6. CONCLUSÃO

Vale a pena retomar que a proposta de intervenção do texto deve ser avaliada por sua composição a partir dos **5 elementos: agente; ação; modo/meio; efeito; e detalhamento** (que pode estar relacionado a qualquer um dos outros elementos).

- Agente ("quem"?): quem executa a ação.
- Ação ("o que deve ser feito"?): a ação proposta para intervir no problema.
- Modo/Meio ("como?"/"por meio do quê?"): a maneira como ou o recurso pelo qual se executa a ação.
- Efeito ("para quê?"): o objetivo/a finalidade/a consequência/a conclusão previsto(a) ou alcançado(a).
- Detalhamento ("que outra informação sobre esses elementos foi acrescentada pelo participante?"):

- uma explicação, uma exemplificação, uma especificação ou uma justificativa relativa à ação e/ou ao modo/meio de execução e/ou ao agente;

- um desdobramento do efeito, um efeito do efeito.

Agentes nulos (elemento nulo não é contabilizado na contagem dos elementos):

1. Alguém, ninguém, alguns, uns, uns e outros, você;

2. Verbo no imperativo – desde que não haja vocativo que identifique o agente, com exceção do uso da 1ª pessoa do plural. Exemplo: "Façamos nossa parte" (nós – agente válido).

Ações nulas (elemento nulo não é contabilizado na contagem dos elementos):

1. Democratização do acesso ao cinema"/ uso do verbo "democratizar" e seus derivados;

2. O governo deve atuar;

3. É necessário um olhar amplo;

4. Medidas devem ser tomadas;

5. Muitas coisas devem ser melhoradas;

6. Obstáculos precisam ser superados;

7. É preciso fazer alguma coisa;

8. Devemos ter esperança;

9. É necessário refletir;

10. É preciso conscientizar a população;

11. O cinema deve ser valorizado;

12. Precisamos evoluir a nossa mente;

13. Precisa ter força de vontade/ paciência;

14. Acreditar que vai dar certo;

15. O Brasil precisa de igualdade;

16. O governo precisa de um plano;

17. Propostas formuladas na negativa, quando o participante expressa o que não precisa ser feito (exemplo: "As empresas exibidoras não devem cobrar caro de seus clientes").

7. REFERÊNCIAS

ABREU, R. N. Exercício da cidadania e direitos humanos – as funções da Competência V na redação do Enem. In: GARCEZ, L. H. C.; CORRÊA, V. R. (Orgs.) **Textos dissertativo-argumentativos**: subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.

_____. Um olhar teórico, normativo e metodológico sobre a Educação em Direitos Humanos. In: GARCEZ, L. H. C.; CORRÊA, V. R. (Orgs.) **Textos dissertativo-argumentativos**: subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/ leis/ l9394.htm>.

_____. **PCN+ Ensino Médio**: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC/ SEMTEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/ arquivos/pdf/lingua- gens02.pdf>.

_____. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: http://portal. mec.gov.br/seb/ arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf.

_____. **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**: Fundamentação Teórico-Metodológica. Brasília: O Instituto, 2005. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/ portal/download/407>.

_____. **Redação no Enem 2018**: cartilha do participante. Brasília: MEC/INEP/ DAEB, 2018. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_ participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2018.pdf >.

EQUIPE TÉCNICA

Alessandra da Silva Carneiro

Ana Laura Gonçalves Nakazoni

Ana Tereza de Andrade

Cristiane Borges de Oliveira

Deni Yuzo Kasama

Giovana Dragone Rosseto Antonio

Hélio de Oliveira

Isabel Cristina Domingues Aguiar

Larissa Satico Ribeiro Higa

Mahara Hebling

Natália Alexandrino Rocha

Rafael José Masotti

Rodrigo Alves do Nascimento

Sidnei Francisco Soprano

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Tânia Cristina Arantes Macedo de Azevedo